AMANDA LOIOLA DE CARVALHO

SUCESSÃO RURAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA PERMANÊNCIA NO CAMPO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM BARRA DO BUGRES - MT

TANGARÁ DA SERRA/MT – BRASIL
2017

AMANDA LOIOLA DE CARVALHO

SUCESSÃO RURAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA PERMANÊNCIA NO CAMPO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM BARRA DO BUGRES - MT

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato França

TANGARÁ DA SERRA/MT – BRASIL
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Catalogação na fonte: Francisco Leandro Castro Lopes CRB1/3017

C331s Carvalho, Amanda Loiola de.
Sucessão rural: perspectivas e desafios da permanência no campo em comunidades quilombolas em Barra do Bugres - MT / Amanda Loiola de Carvalho. Tangará da Serra - MT, 2017.
85f.:il.

Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sistema de Produção Agrícola) da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.
Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato França.

1. Sucessão rural. 2. Comunidades quilombola. I. Autor. II. Título.

CDD: 658.041

JUSSARA GIARETTA

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E SUAS INTERAÇÕES COM FATORES AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS NO MUNICÍPIO DE SORRISO – MATO GROSSO

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 22 de Fevereiro de 2017.

Banca Examinadora

Profº. Dr. Dionei José da Silva
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
(Orientador)

Profª. Dra. Christine Steiner São Bernardo
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
(Membro externo)

Profº. Dr. Raimundo Nonato Cunha de França
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
(Membro interno)

TANGARÁ DA SERRA/MT – BRASIL
2017

DEDICATÓRIA

À Deus, pela infinita bondade e cuidado.

Aos meus pais, Sidney Pereira de Carvalho, Neves Maria de Loiola Carvalho e irmão Breno Loiola de Carvalho, à minha cunhada Ana Carolina, por toda força, apoio e encorajamento durante a caminhada do mestrado.

Aos meus amigos queridos, sempre ao meu lado.

Essa conquista não seria possível sem vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela fidelidade e por cumprir suas promessas em minha vida.

Ao professor D. Sc. Raimundo Nonato França pela compreensão e sua orientação sábia e paciente.

Ao Programa de Pós-graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola, da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Campus Universitário de Tangará da Serra, por proporcionar o espaço para a realização da pesquisa. Aos docentes do Programa pelo incentivo, desafio e aprendizado no decorrer dos dois anos na instituição.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de estudos.

Ao Rafael Bento, representante das comunidades quilombolas Vão Grande em Barra do Bugres e família, por sua ajuda, acolhimento, participação fundamental na minha pesquisa e grande responsável por tornar esse trabalho possível.

Aos meus amigos do mestrado, pela parceria, amizade, estudos, conhecimentos partilhados, apoio de todas as formas nos dois anos de convivência.

Aos meus amigos pessoais, Jéssie Taline, Marsani Josiane, Felipe Ghedin, Lidiane Priscila, Monica Ribeiro pelo apoio e em especial à Mara Steinke, pois graças ao seu incentivo e confiança ingressei no mestrado.

Aos companheiros de trabalho, amigos pessoais que colaboraram com pensamentos, discussões e ideias para o enriquecimento da pesquisa.

O meu sincero agradecimento a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para alcançar esse objetivo, meu crescimento como pesquisadora e pessoa, o meu muito obrigada!

LISTA DE FIGURA

Figura 1- Morte por violência entre jovens e adultos. Brasil - 2013.....23
Figura 2- Óbitos ocorridos por gênero e idade entre 15 e 29 anos. 24
Figura 3- População rural de 15 a 29 anos (2000-2010).....29

Figura 1 - Estado civil e formas de convivência dos pesquisados.....41
Figura 2- Quantidade de filhos por pesquisados.....42
Figura 3- Escolaridade dos pesquisados 43
Figura 4 - Distribuição de renda familiar.....44
Figura 5- Principal fonte de renda familiar.....45
Figura 6 - Profissão.....46
Figura 7- Tempo em que reside na localidade 47
Figura 8 - Decisão do que produzir 47
Figura 9 -Quanto às necessidades sobre o processo de comercialização.....48
Figura 10 - Assistência técnica recebida.....49
Figura 11- Quanto às principais dificuldades para produzir e comercializar os produtos 50
Figura 12- Quanto à destinação da quantidade produzida.....51

Figura 1 - Croqui da localização das comunidades do Território Vão Grande 63
Figura 2- Morador tocando viola de cocho 64
Figura 3- Altar da residência do Sr. Mariano Bento.....65
Figura 4 - Dança de São Gonçalo 65
Figura 5 - Filhos que ajudam os pais nas atividades agrícolas nas comunidades do território Vão Grande - MT.....68
Figura 6 - Visão dos jovens sobre ser quilombola.....70
Figura 7- Vontade de desempenhar a função de agricultor na comunidade. 72
Figura 8 - Principais dificuldades apontadas pelos jovens para continuar morando na comunidade.....74
Figura 9 e 10 - Estrada de acesso as comunidades e ponte que liga comunidade Vaca Morta a Baixio. 75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Educação da população jovem separada por gênero, cor e região. Brasil – 2010. 21
Tabela 2 - Proporção da população jovem separada por gênero, cor e região. Brasil - 2010. 21
Tabela 3- População jovem com acesso ao trabalho formal separados por gênero, cor e região. Brasil - 2010. 22
Tabela 4 - População jovem entre 15 a 29 anos no Brasil /Urbano e Rural. Estimativa feita sobre a porcentagem geral da população rural de cada região e do país. 25

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS 8
RESUMO 10
ABSTRACT 11
INTRODUÇÃO GERAL 10
REFERÊNCIAS 13
Artigo 1.CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS RURAIS: DILEMAS ENCONTRADOS PELA JUVENTUDE PARA PERMANÊNCIA NO CAMPO 15
Artigo 2.CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E ESPECIFICIDADES AGRÍCOLAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA LOCALIDADE “VÃO GRANDE” NO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES-MT. 37
Artigo 3.SUCESSÃO RURAL EM MATO GROSSO: COMUNIDADES QUILOMBOLAS E O DESAFIO DE CONTINUAR NO CAMPO. 55
CONSIDERAÇÕES FINAIS 80

RESUMO

O meio rural brasileiro é considerado um espaço pluriativo, envolvendo desde a diversidade de produção de alimentos à sua caracterização de indivíduos, pois nele residem populações tradicionais tais como ribeirinhos, indígenas e quilombolas, além de agricultores familiares, que contribuem para a formação de territórios marcados pela tradição, cultura e conservação da biodiversidade. Diante da importância do campo para o meio urbano, principalmente por conta da produção de alimentos, a continuidade do campesinato tem preocupado o cenário atual, devido à evasão dos jovens para as cidades, prejudicando a sucessão rural no Brasil. Nesse contexto, o estudo procurou analisar a sucessão rural em comunidades quilombolas no município de Barra do Bugres – MT e identificar as principais causas de haver ou não sucessão no local. Optou-se por uma sequência metodológica envolvendo um levantamento bibliográfico sobre o tema no país, a aplicação de questionários semiestruturados com o uso da técnica *snowball* junto aos moradores da comunidade, abrangendo os representantes das famílias e jovens entre 15 e 29 anos de idade com o objetivo de identificar características socioeconômicas da comunidade e a percepção de sucessão na visão dos pais e dos jovens quilombolas. Constatou-se pela literatura produzida, sobre pesquisas de sucessão, que há muitas particularidades que envolvem as iniciativas adotadas pelo Estado para manter o jovem nas propriedades rurais, porém, é preciso antes de tudo, considerar as características da fase “jovem”, a identidade de cada grupo, seja ele indígena, quilombola, negro ou branco, assim como a influência da inclusão digital e das novas tecnologias. Encarar as mudanças como possibilidades de melhoria de vida para a população do campo e que fatores ligados a melhores condições de renda, estudo e políticas públicas contribuem para evasão para as cidades. Quanto aos aspectos socioeconômicos foi identificado que há uma concentração de algumas características que contribuem para o comportamento de um modelo de produção, baseado na subsistência. Se, por um lado, isto contribui para a manutenção das famílias que residem na localidade há gerações, por outro, colocam-nas em uma situação de dificuldade da sustentabilidade econômica. A baixa variedade nos produtos primários ofertados pela comunidade gera uma dependência de muitos produtos manufaturados advindo dos centros urbanos e, nesse sentido, os quilombolas não conseguem atingir uma condição de vida com mais conforto. As pessoas mais velhas possuem baixo nível de escolaridade e grande parte depende do auxílio de bolsa família e aposentadoria para complementar a renda. Sobre a perspectiva de sucessão rural, constatou-se que os jovens gostam de morar na comunidade, no entanto vão para as cidades em busca de melhores condições, principalmente relacionadas à continuidade dos estudos em nível de graduação e busca de emprego, ao mesmo tempo são influenciadas pelo acesso a tecnologias e lazer nas cidades, implicando também no comprometimento da continuidade das tradições quilombolas na região.

Palavras-chave: Vida no campo. Comunidade tradicional. Políticas públicas.Jovem rural.

ABSTRACT

The Brazilian rural areas is considered a diversified space, involved since its food production diversity to its characterization of individuals, because it resides traditional populations such as riparian, indigenous and quilombolas, as well as family farmers who contribute to the formation of territories marked by tradition, culture and biodiversity conservation. Given the importance of the countryside to urban areas, mainly on account of food production, the continuity of the peasantry is concerned about the current situation, due to evasion of young people to the cities, damaging rural succession in Brazil. In this context, the study sought to analyze the rural succession in quilombo communities in the municipality of Barra do Bugres - MT and identify the main causes of whether or not succession on site. We chose a methodological sequence involving a literature review on the topic in the country, the application of semi-structured questionnaires using the snowball technique together with community residents including representatives of families and young people between 15 and 29 years of age in order to identify the socioeconomic characteristics of the community and the perception of succession in view of parents and quilombolas young. It was found by the literature produced on succession of research that there are many peculiarities that involve initiatives taken by the State to keep the young in rural properties, however, they must first of all take into account the phase characteristics of "young", the identity of each group, be it indigenous, quilombola, black or white, as well as the influence of digital inclusion and new technologies and face changes as life improvement opportunities for the rural population and factors linked to improved income, study and public policies contribute to escape to the cities. As for the socio-economic aspects was identified that there is a concentration of some characteristics that contribute to the behavior of a production model based on subsistence. On the one hand, it contributes to the maintenance of the families residing in the town for generations, on the other, they put them in a difficult situation of economic sustainability. Low variety of primary products offered by the community creates a dependency of many manufactured products arising from urban centers and, accordingly, the quilombolas fail to reach a condition of life with more comfort. Among older people have low education levels and much depends on the family purse aid and retirement to supplement income. About the prospect of rural succession, it was found that young people like to live in the community, however go to the cities in search of better conditions, mainly related to continued study the undergraduate and employment at the same time they are influenced for access to technology and leisure cities, also implying a commitment of continuing quilombolas traditions in the region.

Keywords: Country life; Traditional Community; Public policy; young rural.

INTRODUÇÃO GERAL

As atividades agrícolas são as principais fontes para o abastecimento de alimentos no país, boa parte dessa demanda advém da agricultura familiar. A agricultura familiar no Brasil é diversificada e composta por pequenos produtores, comunidades tradicionais que envolvem ribeirinhos, quilombolas, indígenas, entre outros, que produzem em seus estabelecimentos rurais boa parte dos alimentos que compõe a cesta básica dos brasileiros. A continuidade dessa produção depende das próximas gerações, principalmente quando se leva em conta que o meio rural encontra-se em processo de envelhecimento (FACIONI, 2013).

As pesquisas sobre sucessão rural no Brasil e em outros países demonstram basicamente duas vertentes: a primeira envolve as dificuldades encontradas pelos jovens em permanecerem no campo, destacando a precariedade na educação, falta de investimentos em cultura e lazer, escassa assistência técnica e trabalho penoso. A segunda perspectiva aponta a atração do jovem rural pelos “prazeres” do urbano, principalmente pelo estilo de vida, acesso a tecnologias, entre outros fatores, os quais desestimulam o jovem a continuar com as atividades exercidas pelos pais (CORDEIRO, 2009; SPANEVELLO, 2008; STROPASOLAS, 2006).

O meio rural, assim como o urbano, também é diversificado, abrangendo questões relacionadas a territorialidade, organização social, cultura e tradição, diferentes em cada região do país. Essa multiplicidade de identidades está associada à ligação história do uso da terra, manejo da produção e dos recursos naturais disponíveis. Em meio a essa construção de saber dos povos campesinos, as comunidades quilombolas contribuem para a formação do conhecimento aplicado no campo. (MENEZES; STRAPOSSOLAS; BARCELOS 2014)

De acordo com Machado (2008) as comunidades quilombolas foram constituídas entre os séculos XVIII e XIX por famílias de escravos negros que fugiam dos patrões em busca de liberdade e encontravam refúgio em lugares de difícil acesso nas florestas, e através dela conseguiam sobreviver desenvolvendo agricultura de subsistência, caça, pesca, entre outros, adaptando seus costumes e culturas ao longo do tempo para manter o direito à vida digna e a liberdade de seu povo.

A luta pelo reconhecimento e a importância dos quilombos no país é histórica e mesmo em meio a tantos avanços políticos, essas comunidades encontram muitos desafios para possuir e manter suas terras reconhecidas juridicamente. Mesmo após a Constituição de 1988, que estabelece aos remanescentes das comunidades quilombolas o direito à propriedade definitiva, muitas comunidades encontram-se hoje no anonimato, algumas não têm a propriedade da terra e ficam confinadas enquanto aguardam o reconhecimento dos seus direitos, devido a ocupação secular do pedaço de chão (MACHADO, 2008).

Os jovens que fazem parte dessas comunidades carregam consigo histórias de lutas e dificuldades de seus ancestrais, parentes e muitos desses jovens batalham com eles para manter viva as tradições e culturas de seu povo. Diante disso, os jovens quilombolas, além de enfrentarem todos os desafios da juventude rural, também administram o peso da tradição, os valores culturais, a ligação com o espaço onde vivem e a responsabilidade de continuar esses saberes, manter a identidade, na qual lutam para ser reconhecida e respeitada, ou seja, a vida desse jovem no campo é duplamente desafiadora. (CARRANO, 2012)

A busca por melhores condições, atrelada à concepção da precariedade das políticas públicas que incentivam a vida no campo também é um dos motivos do jovem quilombola abandonar a vida campesina, guardar na memória sua comunidade e tentar no meio urbano uma vida diferente. A elaboração de políticas públicas para garantir a permanência do jovem no campo é fundamental para sucessão rural, assim como implementações inovadoras de preservação do meio ambiente paralelo à qualidade de vida das pessoas que vivem da exploração dos recursos naturais (BARCELLOS, 2014)

De acordo com a fundação do Palmares (2015), o estado de Mato Grosso possui 68 comunidades remanescentes de quilombolas com terras tituladas. Na cidade de Barra do Bugres, estão localizadas as comunidades quilombolas do território de Vão Grande, de acordo com Silva (2014) a formação dessas comunidades iniciou com a fuga dos escravos, que encontraram em lugares de difícil acesso uma chance para recomeçar. Povoaram a região, formando pequenos quilombos e permanecem no local desde o século XIX. A região é composta por cinco comunidades quilombolas e cerca de 90% dos moradores são parentes dos primeiros habitantes da região.

Barra do Bugres faz parte da bacia do Alto Paraguai, mesorregião Centro Sul de Mato Grosso (SEPLAN, 2015), é banhada pelo Rio Bugres e Paraguai, localiza-se a 150 km da capital do Estado Cuiabá. Segundo Silva (2014) o município se originou com a exploração de garimpos, juntamente com o extrativismo do ciclo econômico da poaia, conhecida cientificamente como ipecacuanha (*Cephaelis ipecacuanha*), no final do séc. XIX e início do séc. XX. Após esse período a economia da cidade é concentrada no comércio, produção de fazendas de gado e pequenas propriedades. Na década de 60 recebeu muitos migrantes dos estados de Alagoas e Bahia, mas somente com a construção da BR 246, ligando a cidade a Cuiabá, o desenvolvimento do munícipio ganhou força.

Atualmente, Barra do Bugres é conhecida pela produção de álcool, está entre as maiores produtoras do estado e devido a instalação da Usina Barralcool, , assim existem grandes extensões de terra focadas no cultivo de cana-de-açúcar. A cidade ainda possui parte de sua economia voltada a criação de gado, mas a produção de alimentos da agricultura familiar é reduzida. A sua população é formada por mato-grossenses, indígenas, remanescentes de quilombolas, imigrantes de vários estados, como paulistas, mineiros, baianos, alagoanos (SILVA, 2014). De acordo com IBGE (2015), no censo demográfico de 2010, o município possuía cerca de 31.793 habitantes.

Diante da dicotomia constatada na cidade e presença de comunidades quilombolas na região, esse estudo objetivou gerar informações socioeconômicas das famílias quilombolas e identificar o processo de sucessão rural nessas comunidades tradicionais, bem como analisar os motivos predominantes entre a escolha de sair ou permanecer no campo. Dessa forma, intenta-se que as informações geradas sejam socializadas na forma de artigos e contribuam com o desenvolvimento rural na região.

O primeiro artigo com a temática “sucessão: dilemas encontrados pela juventude para permanência no campo”; o segundo abordou a “Análise de características socioeconômicas e especificidades agrícolas desenvolvido em comunidades quilombolas na localidade “Vão Grande” no município de barra do bugres-MT”; por fim, o terceiro artigo buscou analisar a “Sucessão Rural em Mato Grosso: Comunidades Quilombolas e o desafio de continuar no campo. ”

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, S. B. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social**. 2014. 306 f. Tese (doutorado em ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CARRANO, P. **Juventude quilombola em territórios de memória e lutas coletivas**. In: MENEZES; STROPASSOLAS; BARCELLOS (Org.) Juventude rural e políticas públicas no Brasil. Brasília: Presidência da República, 2014. p.251- 261.

CORDEIRO, M. S. S. **Jovens na reforma agrária:** perspectiva intergeracional e lógicas de sucessão no assentamento Novo Horizonte/Campos dos Goytacazes – RJ. Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 3, n. especial, p. 544-563, 2009.

FACIONI, D. **Análise da sucessão em assentamento no estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande. 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

FUNDAÇÃO DOS PALMARES. **Comunidades quilombolas em Mato Grosso. -** 2015. Disponível em:< http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551> Acesso em: 20 Jul 2016.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Atlas do censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=264529> acesso em: 06 set. 2015.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. **Diversidade sociocultural em Mato Grosso.** Cuiabá-MT. Ed. Entrelinhas. Cuiabá - MT. 2008.

MENEZES, M. A.; STROPASSOLAS V.; BARCELLOS S.B. **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014.

SEPLAN. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Anuário Estatístico 2004. Cuiabá/MT: SEPLAN, 2004. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/>. Acesso em: 04 nov. 2015

SILVA, M. M. **Educação escolar quilombola comunidades quilombolas do território quilombola de Vão Grande, Barra do Bugres - MT:** percepções e significados sobre a E.E José Mariano Bento. Cáceres. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2014

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** 2008. 236 f Tese (Doutorado em desenvolvimento rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis Ed. UFSC, 2006.

CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS RURAIS: DILEMAS ENCONTRADOS PELA JUVENTUDE PARA PERMANÊNCIA NO CAMPO

Revista de Políticas Públicas (RPP)

RESUMO

Dos alimentos produzidos no país, boa parte dessa demanda advém da agricultura familiar e dos pequenos produtores. Porém, o êxodo rural é crescente por conta da falta de sucessão de jovens agricultores nas propriedades rurais. Diante das preocupações envolvendo o meio rural no Brasil, a sucessão é um tema emergente que necessita maior atenção do Estado. O estudo buscou identificar os motivos da falta de sucessão no campo, descrevendo as principais características e desafios dos protagonistas deste tema: os jovens. Foi utilizado levantamento bibliográfico contendo informações dos estudos realizados, com base na literatura clássica e atual. Foi identificado que a sucessão depende, dentre outros fatores, do desenvolvimento de políticas públicas para estimular o jovem a permanecer no campo e usar sua capacidade para desenvolver alternativas agrícolas adequadas à realidade de cada local.

Palavras-chave: Êxodo no rural brasileiro; Juventude rural; Política públicas.

CHARACTERIZATION OF RURAL YOUNG PEOPLE: DILEMMAS FOUND BY YOUTH FOR STAYING IN THE COUNTRYSIDE

ABSTRACT

A fair amount of the food produced in Brazil comes from family farm and from small producers. However, rural exodus is increasing, due to the lack of succession of young farmers in rural properties. In view of the concerns related to the rural areas in Brazil, succession is an emergent theme, which requires greater attention from the State. The aim of this study was to identify the causes of the lack of succession in the countryside, describing the main characteristics and challenges of the protagonists of the theme, i.e. young people. For that, it was used bibliographic survey with information of performed studies, based on the current and classic literature. It was identified that succession depends on the development of public policies, among other factors, in order to encourage young people to stay in the countryside and to use their ability to develop alternatives to agricultural, appropriated to the reality of each place.

Keywords: Brazilian rural exodus; Rural youth; Public policies.

1. Introdução

As atividades agrícolas exercem importância para o abastecimento de alimento por todo mundo. Atendem as necessidades do mercado externo com exportações, fomenta a economia, gera empregos e renda e fortalece o mercado

interno. Contudo, para que a agricultura continue protagonista do crescimento do país, é necessário que as gerações de jovens agricultores assumam os papéis de proprietários e responsáveis pela continuidade das atividades no campo, ou seja, é preciso que haja a sucessão rural.

Autores como Carvalho (2007, p.15) descrevem a sucessão como um processo endógeno, no qual um dos filhos sucede o pai na administração da área rural, assumindo assim a continuidade da produção na Unidade. Porém, o processo de sucessão tem como desafio, a permanência do jovem na terra. Esse por sua vez, enfrenta muitos desafios, como as dificuldades da falta de estrutura no campo, falta de assistência técnica adequada, renda, menos oportunidades educacionais, além da influência das tecnologias do mundo urbano atreladas às expectativas da própria fase da juventude. Surge o questionamento, mas serão somente esses motivos responsáveis pelo êxodo rural?

O fato é que o campo está se tornando menos atrativo para esse grupo e as cidades cada vez mais lotadas, gerando preocupação para o Estado. Frente a essa realidade, o estudo objetivou descrever o panorama da juventude no Brasil, as diferenças entre o jovem urbano e o rural, tal como suas desigualdades e analisar os principais motivos geradores de entraves à sucessão na agricultura familiar.

Buscando atender esse objetivo, foi realizado um levantamento bibliográfico contendo análises sobre estudos da juventude rural e a sucessão no Brasil, pois de acordo com Gil (2008, p.44) esse é o método mais adequado para pesquisas descritivas, por possibilitar uma cobertura maior de informações a respeito do fenômeno estudado, este tipo de pesquisa permite analisar dados de pesquisas já elaboradas, constituídas de livros, artigos científicos, periódicos, entre outras fontes. Dessa maneira, foram abordadas visões de autores que realizam pesquisas sobre o tema e identificadas as principais características dos jovens no Brasil, bem como sobre o jovem rural e os desafios encontrados para a permanência e continuidade das atividades campesinas, assim como um breve relato sobre as políticas públicas desenvolvidas para evitar o êxodo rural.

2 Juventude em pauta

2.1 Panorama da juventude no Brasil

O conceito de juventude é bastante prolixo na literatura, as pesquisas sobre juventude ainda são dispersas, ganham destaque a partir da década de 90 com debates que envolviam principalmente problemas sociais relacionados à essa categoria. A juventude é pauta de ações governamentais, protagonistas na criação de políticas públicas e foco dos meios de comunicação, afinal é o público alvo para simbolizar o consumo, a moda, o novo.

Nesse sentido, Kehl (2004, p.44) afirma que todos querem ser jovens, de acordo com a autora “a juventude é um estado de espírito, é um jeito do corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado que todos querem se incluir”. Porém, nem sempre foi assim de acordo com Kehl (2004), na década de 1920, o Brasil não suportava a mocidade, era uma época de velhos, em que todo rapaz queria possuir a respeitabilidade e seriedade do adulto.

Nos últimos quarenta anos os jovens resolveram sair da imagem atrelada à essa fase e desde então ocupam lugar de destaque aos olhos da indústria cultural, passou a ser consumidor potencial. O capitalismo vindo dos Estados Unidos como um precursor, auxiliou a juventude a se reorganizar como público-chave e se tornar *slogan*, um clichê. “O adolescente das últimas décadas do século XX deixou de ser a criança grande, desajeitada e inibida, de pele ruim e hábitos anti-sociais, para se transformar no modelo de beleza, liberdade e sensualidade para todas as outras faixas etárias” (KEHL,2004, p.45).

A partir de todo o percurso de transformação de valores envolvendo os jovens e a sociedade, alguns conceitos sobre a juventude ainda perpetuam classificando esse grupo. Castro et al. (2009) destaca os principais: o primeiro diz respeito a juventude como uma faixa etária compreendia por recortes biológicos da vida, visto como uma etapa reducionista e homogeneizante, descartando a diversidade dessa categoria. Outro conceito geralmente ligado a fase juvenil considera os aspectos biológicos e o intelectual, no qual envolve o desenvolvimento de responsabilidades, senso crítico, formação de caráter, enfatizando a transição para a vida adulta, como inserção no mercado de trabalho, matrimônio, filhos, abrangendo as pessoas do meio rural e urbano.

A terceira conceituação do jovem, está relacionada à figura de liberdade, aventura, despreocupação, diversão sem pensar no amanhã, associando essa fase à imaturidade. Castro et al. (2009) analisa esse conceito como pejorativo, retrata o

jovem como um sujeito de “vir a ser”, ou seja, pessoas em formação, incompletas, sem experiência ou em um processo de decisão.

Castro et al. (2009) apontam que o conceito de juventude é marcado pela diversidade e afirmam que não existe apenas uma juventude e sim juventudes, que devem ser vistas além do recorte de uma idade estabelecida. O termo juventude envolve relações sociais, lutas de poder em momentos históricos, passando por várias mudanças até o contexto em que se encontram.

Para entender o pensamento contemporâneo sobre os jovens, Stecanela (2010, p.3), destaca que a juventude, durante muito tempo, foi encarada como uma fase de transição, um tempo de preparação para a vida adulta, porém essa concepção foi alterada com a vinda da modernidade, na qual é apontada por ela como um marco separatório, em que os limites da idade e as referências cronológicas cederam lugar para as referências funcionais, especialmente no que diz respeito as atividades econômicas.

Stecanela (2010, p.3) destaca que a juventude passou a ser encarada como categoria social a partir do momento que passou a representar uma ameaça à ordem social, a continuidade do bem-estar comum, causando problemas a si própria e para a sociedade como um todo. Além de sua transitoriedade é baseado nesse modelo de pensamento que a juventude é analisada, , por duas características: o mito como modelo cultural e o estilo de vida.

Nesse aspecto, o período da juventude é encarado pela sociedade contemporânea como um dilema, envolve expectativas e preocupações. Geram expectativas por conta de serem considerados futuro da nação, especialmente pela idade ativa e seus efeitos positivos para o desenvolvimento socioeconômico. Já em relação às preocupações, os jovens são associados a “problemas” como delinquência, comportamentos de risco, uso de drogas, violência, entre outros, assim a sociedade reage com medidas de enfretamento a esse grupo etário (CASTRO et al., 2009, p.30).

Em meio a essas divergências, cabe destacar que esse período da vida envolve um processo de transição para a vida adulta e as decisões tomadas nessa fase podem definir seu o futuro. Nessa perspectiva, Costanzi (2009, p.23) afirma que é preciso considerar a heterogeneidade e a diversidade existente entre os padrões de vida de distintos grupos de jovens, tal como a complexidade dos processos tradicionais de transição do ciclo de vida dessas pessoas. Segundo este autor, isso

ocorre por conta das alterações no mercado de trabalho, arranjo físico das famílias, ao aumento da expectativa de vida, aliado à complexidade das experiências e expectativas da atual geração de jovens.

Para compreender os impasses enfrentados pela juventude brasileira, é preciso retomar aos modelos desenvolvidos no processo de industrialização, para Castro et al. (2009, p.36), nessa época, o país tinha seu sistema de proteção baseado na capacidade contributiva dos assalariados, dessa forma, quando os jovens se inseriam no mercado, contavam com a solidariedade da Previdência Social, onde os trabalhadores ativos trabalhavam e contribuíam para os inativos. Paralelo à essa ação, o Estado também investia em educação para os jovens, no sentido de desenvolver aptidões exigidas e qualificação ao mercado de trabalho. No entanto, essa fase perdeu força nos anos de 1980 e 1990, oferecendo lugar a competição no mercado e medidas para sair da crise da dívida externa.

Castro et al. (2009, p.36) ainda afirmam que, nesse momento o enfoque permaneceu no jovem como capital humano, ao mesmo tempo em que se buscava alternativas para problemas como a violência e jovens em situações de risco. Investimentos em atividades culturais foram alternativas para a contenção desses problemas. Porém, as políticas criadas naquela época eram focadas na diminuição da pobreza especificamente de crianças e suas famílias. Dessa maneira, até o final do século XX, a juventude era vista como segmento específico que envolvia prevenção da violência, exclusão social e capacitação para o trabalho. Spósito et al. (2003, p.17) complementam que no final dos anos de 1990 ocorreram inciativas públicas em parcerias com Organizações Não Governamentais (ONG’s) e fundações empresarias que tinham como prioridades atender os jovens excluídos ou em situação de risco, reforçando ainda mais a apresentação da juventude como um problema a ser enfrentado.

Conforme Barcellos (2014, p.61), percebe-se uma mudança no processo histórico da juventude no Brasil com as eleições presidenciais e a formação do governo Lula (2003-2010), visto que a temática ganhou maior destaque e começou a ser discutida a criação de uma estrutura político-administrativa específica para tratar do assunto pelo Estado. Nesse contexto de articulações e atribuições, em 2005 é criada a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), com o propósito de integrar os programas e ações do governo e suas secretarias. Logo após esse período também foi institucionalizado o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE).

A Secretária Nacional da Juventude (SNJ) juntamente com o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) definiram a atuação das políticas públicas à juventude para pessoas que possuíam faixa etária compreendendo 15 a 29 anos de idade, ou seja, a faixa etária considerada jovem no país.

Barcellos (2014, p.61) destaca que esse processo aconteceu devido a três principais acontecimentos: Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que envolveu debates, levantamentos sobre o jovem no país; a criação da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados (CEJUVENT) e a formação do Grupo Interministerial de Juventude, o qual tinha como principal objetivo definir uma política pública integrada à juventude. Esse grupo elencou mais de 150 ações do governo desenvolvidas em 45 programas e desempenhadas por 18 ministérios ou secretarias, porém, apenas 19 eram voltadas aos jovens entre 15 a 24 anos, alterando posteriormente para faixa etária de 15 a 29 anos.

Desde então, em meio às articulações do governo, debates e políticas envolvendo a juventude no Brasil, percebe-se uma preocupação em engajar ações para melhorar a qualidade de vida do jovem no país. Apesar do avanço, as situações dos jovens apresentam desigualdades e desafios, principalmente envolvendo faixa de renda, raça, cor, região do país e a população jovem do meio rural. Esses desafios também são encontrados no acesso às melhores oportunidades no mercado de trabalho, cultura e lazer, meios tecnológicos e no combate à violência (CASTRO et al., 2009, p.36).

2.2 Características da população jovem no Brasil

As características do jovem brasileiro serão pautadas nos dados estatísticos do censo 2010 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abordando aspectos como cor, sexo, diferenças regionais, educação, trabalho e violência. Em relação a Educação, conforme dados do PNADE (2014), o analfabetismo entre os jovens de 15 anos de idade ou mais diminuiu de 12,4% no ano de 2001 para 8,5% em 2013.

A tabela 1, retrata a Educação dos jovens em idade e nível adequado de formação.

Tabela 1- Educação da população jovem separada por gênero, cor e região. Brasil – 2010.

Grupo com idade entre 15 e 17 anos	Regiões do Brasil				
	Sul	Sudeste	Centro oeste	Norte	Nordeste
Homens brancos	268.795	565.277	72.457	42.893	166.110
Mulheres brancas	311.479	632.566	87.494	53.463	224.525
Homens pardos ou negros	64.302	440.076	98.834	121.781	349.546
Mulheres pardas ou negras	78.974	511.378	116.372	149.882	475.694
Grupo com idade entre 18 e 24 anos					
Homens brancos	219.689	471.950	73.261	28.308	120.748
Mulheres brancas	292.667	584.191	93.507	41.344	164.205
Homens pardos ou negros	22.430	154.381	54.848	48.671	137.726
Mulheres pardas ou negras	32.175	213.430	75.021	70.898	202.533

Fonte: Adaptado IBGE (2016).

A partir dos dados da tabela 1, pode-se constatar que em todos os casos, o número de mulheres que possuem nível adequado de escolarização a idade é maior que os homens. Percebe-se que jovens brancos (homens e mulheres) da região sul apresentam maior grau de distanciamento dos jovens pardos ou negros, em relação ao acesso à educação no nível adequado. Na região sudeste a diferença é menor no grupo de idade entre 15 e 17 anos. Na região norte e nordeste, os jovens pardos ou negros se sobressaem, motivo explicado pela concentração de pessoas dessa modalidade, conforme a tabela 2.

Tabela 2 - Proporção da população jovem separada por gênero, cor e região. Brasil - 2010.

Grupo com idade entre 15 e 29 anos	Regiões do Brasil				
	Sul	Sudeste	Centro oeste	Norte	Nordeste
Homens brancos	25,80	25,20	26,40	28,20	27,40
Mulheres brancas	24,60	23,80	26,00	28,50	26,30
Homens pardos ou negros	28,20	28,40	29,00	29,60	29,10
Mulheres pardas ou negras	26,70	26,80	28,50	30,00	28,30

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas estatísticas do Censo Demográfico 2010, IBGE – 2015

Na tabela 2, é possível perceber que a população de homens pardos ou negros é maior em todas as regiões do país, seguida das mulheres com a mesma cor. Porém, o maior número de pessoas jovens concentram-se nas regiões norte e nordeste. Em comparação com a primeira tabela, onde evidenciou a educação, nota-se que mesmo havendo mais jovens negros e pardos, o acesso à educação ainda e menor do que dos jovens brancos.

Tabela 3- População jovem com acesso ao trabalho formal separados por gênero, cor e região. Brasil - 2010.

Grupo com idade entre 16 e 29 anos	Regiões do Brasil				
	Sul	Sudeste	Centro oeste	Norte	Nordeste
Homens brancos	1.372.731	2.496.551	329.610	142.841	504.678
Mulheres brancas	1.139.902	2.088.913	257.295	104.501	375.439
Homens pardos ou negros	387.649	2.177.285	498.483	403.304	1.182.856
Mulheres pardas ou negras	247.512	1.415.329	301.403	223.311	661.529

Fonte: Adaptado de IBGE (2016)

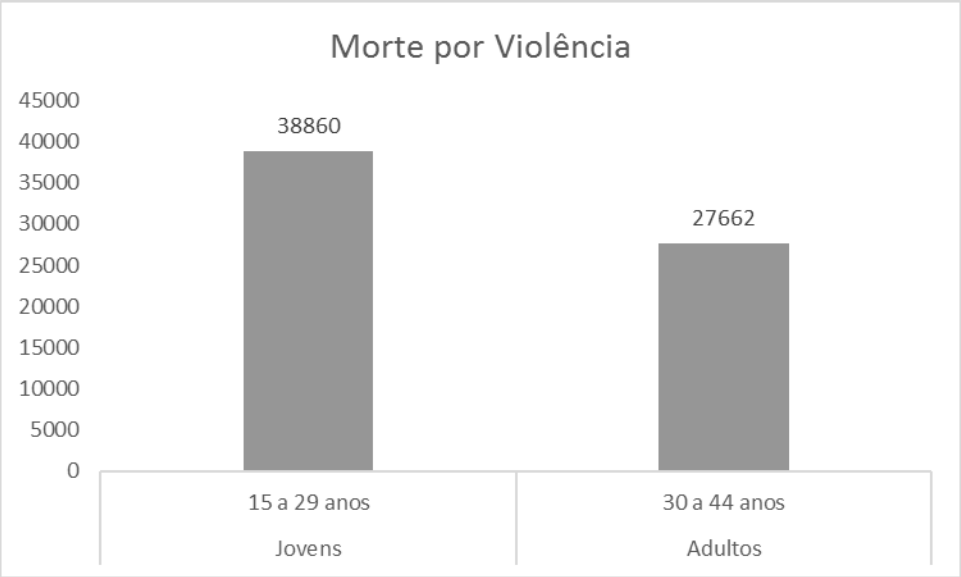
Em relação ao trabalho formal exercido pela população jovem, a tabela 3 aponta que as regiões sul e sudeste apresentam as melhores condições de trabalho formal para os jovens, com destaque para a região sudeste, na qual apresenta os maiores índices para os grupos de homens e mulheres negras ou pardas. Na região nordeste, os homens considerados negros e pardos ocupam o maior número de postos de trabalho formal. É evidente que esse grupo exerce grande importância para o fortalecimento da economia do país e para a criação de novos postos de trabalho.

Através da análise das tabelas 1, 2 e 3 é possível verificar que os jovens concentram-se nas regiões norte e nordeste do país, porém o acesso à educação e trabalho são encontrados nas regiões sul e sudeste, apontando que muitos jovens podem ainda enfrentar dificuldades nessas questões, visto que a educação é a principal forma para obter condições favoráveis de emprego e renda. É possível também notar que há diferenças predominantes nas dimensões de educação e emprego relacionadas a cor e etnia, pois constata-se que a população negra ou parda é a maioria em todas as regiões do país, porém não são os mesmos a ocupar as cadeiras na escola ou possuir vagas de trabalho.

Além das dimensões apontadas anteriormente, os jovens também são vistos como principais alvos da violência, geradas por ações e comportamentos advindos deles próprios que podem causar sequelas irreparáveis, até mesmo aos outros na sociedade. Rezende e Tafner (2005, p.335) descrevem que os jovens constituem um grupo que não são apenas classificados como fonte promissora e futuro da nação, mas pessoas que geram problemas e/ ou afetados por eles, portanto infratores e vítimas da violência.

A figura 1 compara a mortalidade de jovens e adultos por causas violentas.

Figura 1- Morte por violência entre jovens e adultos. Brasil - 2013



Fonte: Adaptado de IBGE (2013)

Ao analisarmos os dados por regiões, é possível destacar que a região Nordeste apresenta uma taxa de 63,8/100 mil jovens, registrando os maiores índices nos estados de Pernambuco e Alagoas. Na região Norte, taxa é 71,3/100 mil óbitos de jovens em 2013. Cabe apontar que Roraima era o estado que apresentava a maior taxa de homicídios juvenis em 1998 (82,5/100 mil), e em 2013 apontou a menor taxa (18,1/100 mil), representando uma redução de 78% nos homicídios da população jovem.

Os homicídios na região Sul do país apresentaram uma taxa de 50/100 mil em 2013. Com destaque para os estados do Paraná (157,3%) e em Santa Catarina (124,6%). Na região Centro-Oeste a variação concentrou em 42/100 mil no mesmo

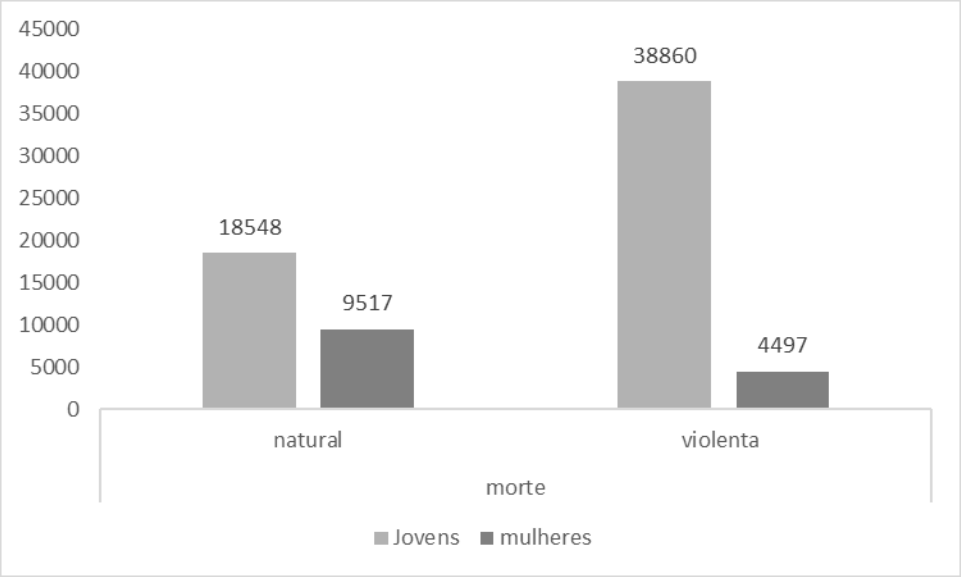
período. Porém, o estado de Goiás passou de 19,6 homicídios de jovens por 100 mil habitantes para 57,7/100 mil, apontando um aumento de 194%.

O Sudeste também apresentou índices menores de homicídios, registrando uma taxa de 43,5/100 mil jovens.

A partir desses dados, pode-se evidenciar que os jovens são bem mais afetados pela violência, correspondendo a 38.860 pessoas num total de 100.000 pessoas a nível nacional.

A figura 2 aborda informações da mortalidade de jovens comparados por causa natural e violenta.

Figura 2- Óbitos ocorridos por gênero e idade entre 15 e 29 anos.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas estatísticas do Registro Civil, IBGE – 2013.

A taxa de mortalidade por causas violentas, como assassinatos e acidentes de transito é realmente elevada, principalmente entre os homens, oito vezes maior do que de mulheres. De acordo com Sistema de Informações de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM/SUS) os casos de morte violentas entre jovens negros também é superior aos brancos, no ano de 2012 cerca de 30.000 jovens de 15 a 29 anos foram vítimas de homicídios, nos quais 77% deles eram negros. Já em 2013, a violência tirou 43.357 vidas, ou seja, 44% a mais em relação a 2012.

Apesar de haver um aumento da população jovem, esse grupo está mais suscetível a violência, dessa forma faz-se necessário analisar cuidadosamente as dificuldades no momento de articular políticas públicas para essa faixa etária,

concentrando os investimentos em um dos pilares mais eficientes, a educação, pois a partir dela, é possível evitar alguns caminhos que resultam na violência. (rever fonte)

2.2 Juventude Rural

A juventude rural carrega consigo todas as expectativas e desafios da categoria jovem, contudo, sua classificação abrange uma diversidade social advinda da experiência de trabalhos, sociabilidade, troca cultural, laços familiares e interação com o meio ambiente, fazendo com que haja uma autoidentificação por esse grupo, caraterizados como camponês, quilombola, assentado, ribeirinho, negro, agricultor familiar, sem-terra, extrativista, entre outros (GALINDO, 2012, p.3).

O censo realizado em 2010, aponta que 8 milhões de jovens, de 15 a 29 anos, estão no meio rural, distribuídos conforme a tabela abaixo.

Tabela 4 - População jovem entre 15 a 29 anos no Brasil /Urbano e Rural. Estimativa feita sobre a porcentagem geral da população rural de cada região e do país.

Região	Urbanos	Rurais	Total
Região Sul	5.966.915	1.061.252	7.028.167
Região Norte	3.436.517	1.239.016	4.675.533
Região Nordeste	10.940.226	4.025.883	14.966.109
Região Centro-Oeste	3.451.703	435.349	3.887.052
Região Sudeste	19.515.809	1.491.520	21.007.329
Brasil	**43.311.170**	**8.253.020**	**51.564.190**

Fonte: Adaptado de IBGE (2016).

Percebe-se que o êxodo rural é crescente, dados do censo de 2000, no qual apontava 9 milhões de jovens. Apesar da saída dos jovens no campo, Galindo (2012, p.3) complementa que a juventude rural mantém sua identidade através do vínculo com a terra, com a produção, pois a atividade e o manejo exercidos pela família são transmitidos de geração em geração. Além desse vínculo, existem múltiplas dimensões que caracterizam essa categoria, como os componentes étnicos, de gênero, territorial, orientação sexual e religioso, no qual a autora aborda e devem ser considerados no momento de definir políticas públicas para esses grupos.

Apesar da juventude rural buscar o reconhecimento como indivíduos que possuem direitos e pensamento crítico, muitas contradições envolvem essa

população. A tradição da autoridade masculina no campo, relações patriarcais e a pressão relacionada ao gênero está muito presente nas relações familiares. Segundo Iamamoto (2004, p.128) essa pratica ainda é frequente, porém com um viés “modernizado” ou também conhecido como “modernização conservadora”, ligação advinda entre as famílias tradicionais e o moderno agronegócio.

O fato é que a conservação de uma figura masculina frente as decisões da área rural, excluem as mulheres de uma possível imagem de liderança no campo, cabe à elas manter o papel do serviço doméstico, associado aos afazeres e cuidados com os filhos e muitas vezes com jornada dupla de trabalho, alternando entre a casa e a roça. Em suma, a vida das jovens rurais é tratada de forma invisível e inferior de trabalho. (PEREIRA; CAVALCANTE; OLIVEIRA, 2014, p.151)

Dessa forma, esta situação pode favorecer a saída das mulheres jovens do campo. Carneiro (2006, p.3) complementa esse pensamento quando afirma que o sistema de valores existente impede o acesso da mulher à terra. Outra contradição, apontada por Spanevello (2008, p. 90), é que o grupo jovem inúmeras vezes são vistos e tratados pelos agricultores mais velhos como pessoas que não querem permanecer no campo, nem mesmo na agricultura, por achar o trabalho penoso, ou pelo divertimento e movimento das cidades, não levando em consideração os pensamentos e vivências dos jovens sobre esse aspecto.

Dentre esses fatores, Barcellos (2014, p.25), relata que a juventude rural é constantemente associada à migração do meio rural para o meio urbano, ou seja, a diminuição demográfica da população rural. E esse processo ocorre, de acordo com Vantroba (2009, p.5), pela impossibilidade dos jovens alcançar o desenvolvimento econômico com as atividades agrícolas, desestimulando não apenas a continuidade dessas pessoas no campo, como também melhorias que poderiam ser implantadas por essa geração, reconhecidas principalmente pela vontade de mudar a realidade.

Os estudos realizados por Flores e Silva (2014, p.143) apontam essa migração devido ao fato de os jovens não vislumbrarem um futuro promissor no campo, por conta da ausência de perspectivas, falta de oportunidade de empregos e acesso à cultura, lazer, educação de qualidade e continuada, infraestrutura, entre outros e são iludidos pelos benefícios que a cidade oferece, uma vez que:

> Os jovens do campo dividem algumas preferencias com os jovens da cidade e o acesso às tecnologias é de interesse de ambos, pois o jovem citadino busca, cada vez mais, novas tecnologias. E o jovem rural anseia ter acesso a estas por acreditar que facilitam sua permanência em seu meio social, agregam valor ao seu trabalho e à sua produção, expectativas que não

> necessariamente se concretizam por meio das tecnologias (FLORES; SILVA, 2012, p.143)

Essa perspectiva de melhorias nas condições de vida no meio rural é chamada por Stropasolas (2006, p.67) como “nova ruralidade”, na qual busca-se destacar a importância do meio rural, as diversidades das atividades agrícolas desenvolvidas dentro da mesma propriedade e a relevância nas novas proposições das populações que ali residem. Silva (2012, p.7) reafirma esse pensamento, quando destaca que o campo e a agricultura devem ser vistos além da fonte de renda, e serem compreendidos como espaços que possibilitem aos jovens a realização de projetos pessoais, no qual esta nova vitalidade possa atraí-los e oferecendo oportunidades profissionais.

A permanência do jovem no campo é fator primordial para o progresso da agricultura em suas variadas formas, como também para o agronegócio, haja vista que também precisa do jovem para a continuação. Nesse sentido, Weischeimer (2009, p. 69), destaca que o jovem pode ser encarado como um “recurso latente” pela sociedade, no qual aparecem como grupo estratégico, envolvendo além de reprodução das relações sociais também agentes transformadores dessas relações.

3 Sucessão rural: conceitos, definições e sua importância

O termo Sucessão rural vem sendo discutido na atualidade por conta do êxodo rural crescente no país, colocando em risco a continuidade das atividades agrícolas e a vida camponesa. Por conta dessa preocupação, Spanevello (2008, p.22) aborda que a lógica da sucessão se concentra na necessidade de manter o patrimônio familiar, representado pela terra, através da transmissão aos filhos. Stropasolas (2011, p.26) versa que o processo sucessório compreende a retirada da geração mais idosa da administração do estabelecimento, colaborando para a formação profissional de um novo agricultor, sendo assim, a sucessão é um processo que vai além da transferência de patrimônio, envolve relações socioculturais.

Na visão de Weisheimer (2009, p.23), a sucessão é responsável por novas gerações de agricultores e inclui fatores a serem considerados, como: a sucessão profissional, a passagem das responsabilidades do trabalho, da terra para a geração seguinte; a transferência legal do patrimônio e dos bens para um dos possíveis

herdeiros e a aposentadoria da geração atual, que implica na continuidade da gestão dos ativos da propriedade pela geração futura.

Além dessas possibilidades, o autor também acrescenta outras variáveis que contribuem para o processo de sucessão, tais como as oportunidades de trabalho independente, o envolvimento da unidade produtiva, tamanho da propriedade, a renda familiar, acesso à escolarização, permanência na cultura camponesa, perspectivas de herdar terras e matrimônio com um (a) agricultor (a). Em todas perspectivas, o jovem ou a nova geração deve ter a vontade de permanecer no campo ou nas atividades agrícolas.

A sucessão possui várias dimensões, porém, Spanevello (2008, p.44) versa que a literatura sobre esse tema se baseia especificamente em dois fatores: “1) a sucessão é fundamentalmente um processo com várias fases/estágios; 2) a sucessão é marcada por um processo de socialização dos filhos desde crianças nas atividades agrícolas do estabelecimento”. Na visão da autora a sucessão também pode ser explicada diante das situações sociais e econômicas, vivenciadas internamente por cada família em seu estabelecimento.

De acordo com o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2015), menos pessoas estão morando na área rural, com uma diminuição de 2 milhões de pessoas entre 2000 e 2010, e apontam que maioria delas se deslocaram para a área urbana, causando preocupação para o país devido ao aumento populacional nas cidades, elevando as taxas de desemprego, marginalidade e afetando as atividades do meio rural.

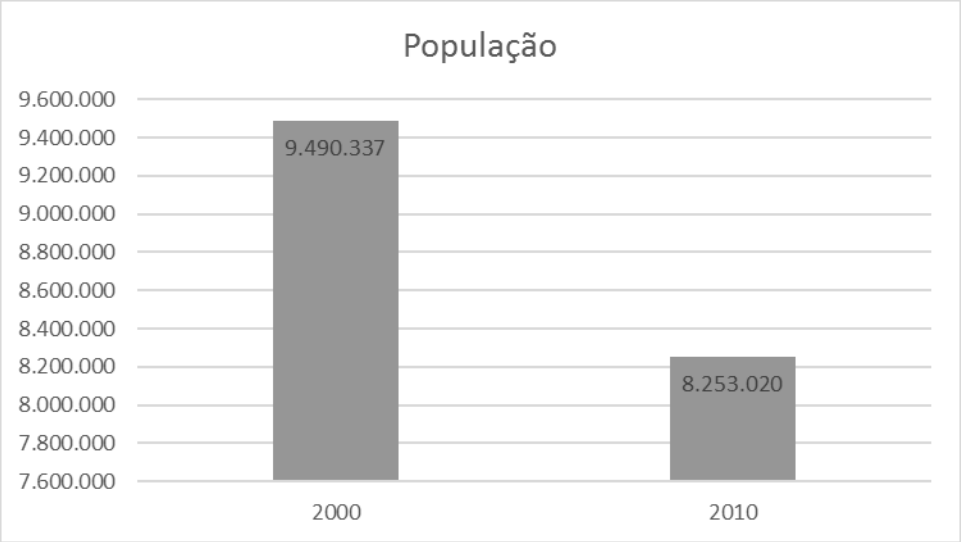
Muito se fala sobre sustentabilidade no meio ambiente e principalmente no meio agrícola, um dos conceitos para alcançar esse propósito, é criar capacidades para as gerações futuras se manterem com os recursos disponíveis e garantir a continuidade do ser humano. Cabe salientar que também é necessário encontrar maneiras para garantir a permanência dessas gerações no campo e encontrar meios para conciliar os desafios entre preservação e produção, ou seja, produzir mais com menos (STROPASOLAS, 2006).

Para que não falte comida na mesa do brasileiro é necessário que haja a sucessão no campo, que os filhos dos agricultores queiram permanecer na terra, continuando as atividades exercidas pelos familiares. Contudo, a permanência no campo vem se tornando preocupação para o país, pois o êxodo rural aumenta gradativamente e a questão sucessória possui inúmeras vertentes que envolve

desde a questão agrária (posse da terra, dificuldades de infraestrutura, falta de assistência técnica e investimentos) até a concepção do jovem em escolher ficar ou sair do campo (STROPASOLAS, 2006).

A figura 3 aponta a migração do jovem camponês para o meio urbano, baseando-se nos censos realizados no ano de 2000 e 2010.

Figura 3- População rural de 15 a 29 anos (2000-2010)



Fonte: Adaptado de IBGE (2016).

A figura 3 demonstra a saída do jovem do campo entre 2000 e 2010, quando comparado ao crescimento populacional no mesmo período, de acordo com dados do IBGE (2010) a média anual de crescimento demográfico foi de 1,17%, ou seja, houve um aumento de 21 milhões de brasileiros desde o censo 2000, porém o aumento da população rural não acompanhou esse ritmo, por vários motivos, como falta de expectativa de melhor renda, deficiências em educação, falta de lazer, tecnologias, entre outros fatores que geram desigualdades sociais entre o jovem urbano e o rural, dificultando a continuidade no meio rural.

Para entender esse contexto rural, na concepção de Spanevello (2008, p.39), é preciso onsiderar que a sucessão está inserida na dimensão de reprodução social, na qual é baseada na perspectiva na continuidade dos indivíduos ou/e grupos sociais, envolvendo a produção de bens materiais e a organização dessa produção advinda do trabalho. Almeida (1986, p.67) versa que a reprodução social é dividida em dois enfoques: a reprodução anual ou ciclo curto e a reprodução geracional ou de ciclo longo.

O ciclo curto diz respeito ao trabalho, conhecimentos tradicionais, o manejo com os recursos naturais e sua importância para o consumo da família, ou seja, pondera os aspectos econômicos. O ciclo longo, compreende as perspectivas da perpetuação da família, relacionados a fatores como nascimento, casamento, morte, herança. Nesta reprodução de ciclo longo está inserida a formação de novos agricultores, que envolve a sucessão.

Em geral, a sucessão é apontada por Carvalho (2007, p.15) como um processo interno à propriedade rural, onde há a transferência da administração da unidade produtiva para um dos filhos. No entanto, a sucessão não é tão simples como parece. Ela envolve problemáticas, o êxodo rural por parte dos jovens (possíveis sucessores) é uma das razões mais preocupantes para a não ocorrência da sucessão atualmente. Facioni (2013, p.21) aponta alguns fatores determinantes para a saída dos jovens para as cidades, entre eles, a questão do gênero, a mulher é vista apenas para o trabalho secundário, estimulando a saída das mesmas em proporções maiores do que a saída de homens do meio rural.

Sob essa perspectiva, a sucessão também pode ser prejudicada pela linha agrícola exercida pela família, o estudo de Oliveira e Schneider (2009, p.160) apontam esse fato, relatam que as atividades ecológicas e a pluriatividade atraem mais os jovens e é considerado entre eles como o maior projeto profissional dentro do campo. Para os que não convivem com essa realidade, os estudos apontaram que os entrevistados pretendem ser somente agricultores, desejam ir morar na cidade, querem ser ecologistas ou pluriativos, mas fora de sua unidade familiar. Dessa maneira, a migração dos jovens para os centros urbanos ou para outros setores, gera a crise da sucessão, uma vez que não haverá herdeiros para sucederem seus pais.

De fato, também deve-se levar em consideração, fatores como a transição da idade, as interações sociais, culturais do meio onde vivem, ao mesmo tempo que são influenciados pelas mudanças socioculturais da atualidade, a modernidade e o acesso a tecnologias e novas formas de lazer fazem com que o jovem compare a vida no campo com a vida na cidade e muitas vezes o campo é considerado arcaico e sem possibilidades de melhorias, enquanto que o meio urbano é visto como moderno e aberto para novas oportunidades (DALCIN; TROIAN,2009; CARVALHO,2007).

A elaboração de políticas públicas que garantam a permanência do jovem no campo é fundamental para sucessão rural e implementações inovadoras para a preservação do meio ambiente paralelo a qualidade de vida das pessoas que vivem da exploração dos recursos naturais. Nesse aspecto, não há como desvincular a sucessão da sustentabilidade rural, que precisa ser analisada cuidadosamente pelo Estado, de forma singular, visando o progresso do campo, dos sistemas de produção e das pessoas que ali vivem.

Dentro da perspectiva de atrelar iniciativas governamentais para estimular o jovem a permanecer no campo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou em um 2003 a Assessoria da Juventude com o intuito de contribuir para que a juventude rural tenha visibilidade e sua voz ganhe força junto ao governo federal. Diante da preocupação da saída dos jovens do campo, o MDA está articulando o Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural, com a proposta de participação ativa dos jovens rurais, através de instâncias de discussão com comitê da juventude e a realização de conferências nacionais para colher propostas e sugestões para a aplicabilidade do plano. Além dessas iniciativas, cabe ressaltar as principais políticas criadas e ainda vigentes para a juventude rural.

Quadro – 1 Principais Políticas públicas e Programas para a juventude rural no Brasil.

Políticas/ Programas	**Órgãos Governamentais**	**Principais benefícios**	**Investimentos iniciais e atuais**
Pronaf Jovem.	Secretária da Agricultura Familiar	Linha de financiamento com o objetivo de desenvolver atividades agrícolas da agricultura familiar.	O crédito inicial desse programa era o valor máximo de R$ 7.000 reais. Atualmente, compreende o valor de R$ 15.000.
Pro jovem campo-Saberes da terra.	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) - Ministério da Educação,	Pretende elevar a escolarização no campo; qualificação profissional para	Desde que foi instituído em 2005, o pro jovem campo

	SRA e SDT - MDA	atividades agrícolas	abrange dois tipos de investimentos para os Estados que possuem esse programa: para os educandos no valor de R$ 2.400 e R$ 4.300 para educadores em formação.
Programa Nossa primeira terra.	Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) - MDA.	Linha de financiamento que visa a aquisição e investimento em imóveis e infraestrutura rurais.	Desde que foi criado em 2004, essa extensão de financiamento possui o teto máximo em torno de R$ 80.000, variando conforme as microrregiões.
Comitê Permanente de Juventude Rural (CPJR)	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)	Criado para tratar temas que envolvem a juventude rural, articular ações para esse público.	-

Fonte: Adaptado de MDA (2016).

Dentre as políticas apresentadas no quadro 1, a que ganha mais destaque é o Pronaf Jovem, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) é uma forma do jovem agricultor obter linha de financiamento para investir em atividades agrícolas, turismo rural e outras atividades de interesse. Beneficia jovens de 16 a 29 anos que se enquadram em famílias pertencentes ao Pronaf, com um limite de até R$ 15.000,00 (quinze mil reais). O MDA divulgou o investimento para apoiar os jovens a permanecerem no campo através de políticas para a produção e

empreendimentos rurais para os anos de 2015 e 2016 que serão de 5 milhões de reais.

O primeiro Seminário Nacional de “Juventude Rural e Políticas Públicas” realizado em 2012, deu voz a muitos jovens rurais e entidades afim, resultando no livro Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil, no qual são abordadas as realidades da vida do jovem rural, suas diversas identidades, principais dificuldades e desafios e a visão do jovem sobre as políticas para agricultura.

Nessa perspectiva, o Pronaf Jovem é apontado como uma política limitante, que possui entraves como a elevada burocracia e exigências, alto risco de endividamento, deve haver o vínculo com o pai e assistência técnica defasada. Os jovens ouvidos, o avaliam como interessante, mas necessita ser melhorada, principalmente em relação ao limite estabelecido. (MENEZES; STROPASSOLAS, BARCELLOS 2014, p.91)

Os outros programas também são analisados como defasados em vários aspectos. A respeito do Pro jovem campo, os jovens apontam como um programa com infraestrutura precária, que não chega à comunidade e não oportuniza vagas para educadores locais. Em relação a atuação do jovem no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE também é pequena e possui entraves como dificuldade dos jovens formalizarem e acessarem o programa, assim como cumprir as regras e escalas determinadas pela vigilância sanitária.

A partir das dificuldades encontradas nos programas atuais voltados para juventude, algumas propostas foram sugeridas no Seminário Nacional da Juventude, entre elas destacam-se o acesso à terra através da reforma agrária, financiamentos facilitados e com menos juros, políticas de cotas para assegurar a permanência nas universidades, linhas de créditos e o estímulo a criação de cooperativas e associações de produção. (MENEZES; STROPASSOLAS, BARCELLOS 2014, p.93)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi analisado, é possível perceber que há muitas particularidades que envolvem a sucessão e as iniciativas adotadas pelo Estado para manter o jovem nas propriedades rurais, é preciso antes de tudo considerar as características da fase “jovem”, a identidade de cada grupo, seja ele indígena,

quilombola, negro ou branco, assim como a influência da inclusão digital e das novas tecnologias e encarar as mudanças como possibilidades de melhoria de vida para a população do campo.

A sucessão rural terá sucesso a partir do momento que o futuro agricultor ver no meio rural expectativa de vida, crescimento, no qual ele não precise se deslocar até a cidade para se consultar com médico, ter acesso à escola que ofereça desde o ensino básico até o superior e técnico.

Um espaço no qual ele possa além de trabalhar de domingo a domingo, ter lazer, cultura, conhecimento e aplicar esse conhecimento para melhorar o alimento produzido em sua terra, com apoio de assistência técnica e infraestrutura, benefícios advindos de políticas bem aplicadas e de acordo com a realidade de cada região. Talvez, depois de corrigidas essas “deficiências” o jovem ainda prefira ir para a cidade, mas não para morar e sim para levar o alimento que abastece o meio urbano.

Cabe ressaltar a importância de novas pesquisas voltadas para a aplicação das políticas públicas direcionadas Ao jovem rural, no sentido de apresentar a efetivação das mesmas no cotidiano, assim como as alternativas encontradas para o desenvolvimento de melhorias pelos próprios jovens para vencer os desafios do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. W. B. Redescobrindo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v.1, n.1, p.66-83, jun.1986.

ANDRADE, C. C.; SILVA, E.R.A. A política nacional da juventude: avanços e dificuldades**.** In: CASTRO, J.A. et al. (Org). **Juventude e Políticas Públicas no Brasil.** Brasília: IPEA, 2009. P. 41-70.

BARCELLOS, S. B. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil:** atores e fluxos políticos nesse processo social*.* 2014. 306 f. Tese (doutorado em ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CARNEIRO, M. J. **Acesso a terra e condições sociais de gênero:** reflexões a partir da realidade brasileira. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

CARVALHO, V.R.F. **Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero**. In: Congresso Brasileiro de Economia,

Administração e Sociologia Rural, 45, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007.16p.

CASTRO, J.A. et al. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil.** Brasília: IPEA, 2009.

COSTANZI, R. N. **Trabalho decente e juventude no Brasi**l. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_brasil_252.pdf Acesso em: 20 set. 2015.

DALCIN, D.; TROIAN, A. **Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer**: um estudo de caso. In SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍICA, 1, 2009. CIDADES. **Anais**... cidade: UFPR,2009. p. 1-20.

FLORES, A.F; SILVA S. **Juventude assentada**: guardiã do futuro do assentamento? Um estudo de caso no assentamento Bela Vista do Chibarro Araraquara/SP. In: MENEZES; STROPASSOLAS; BARCELLOS (Org.) Juventude rural e políticas públicas no Brasil. Brasília: Presidência da República, 2014. P.133-144.

FACIONI, D. **AnÁlise da sucessão em assentamento no estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande. 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

KEHL, M. R. **A juventude como sintoma da cultura**. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004

GALINDO, E. **Em pauta: a juventude do rural e as políticas públicas.** In: MENEZES; STROPASSOLAS; BARCELLOS (Org.) Juventude rural e políticas públicas no Brasil. Brasília: Presidência da República, 2014. p.122- 132.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Atlas do censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=264529> acesso em: 06 set. 2015.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. PNADE.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http:// http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=409> acesso em: 06 jul. 2014.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

MENEZES, M. A.; STROPASSOLAS V.; BARCELLOS S.B. **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**. Brasíli : Presidência da República, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/plano_safra/juventude_e_sucessao_rural.html> Acesso em: 13 out. 2015.

OLIVEIRA, D; SCHINEIDER, S. **O futuro das unidades familiares**: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores e ecologistas de Ipê (RS). In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

PEREIRA E.M; CAVALCANTE, F.B.S; OLIVEIRA, L.N. **juventude rural, gênero e questão agrária: uma aproximação da realidade cearense a partir do projeto de extensão "juventude e cooperação agrícola".** In: MENEZES; STROPASSOLAS; BARCELLOS (Org.) Juventude rural e políticas públicas no Brasil. Brasília: Presidência da República, 2014. P.145- 154.

REZENDE, F. TAFNER, P. **Brasil: o estado de uma nação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_brasil_desenv_en_2005.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** 2008. 236 f Tese (Doutorado em desenvolvimento rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SPÓSITO, M. P. et al. (2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação.**

STECANELA, N. **Jovens e cotidiano**: trânsitos pelas culturas juvenis e pela escola da vida. Caxias do Sul: Educs, 2010

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis Ed. UFSC, 2006.

SILVA, E. J. S. **Jovens agricultores: entre a reprodução e a ressignificação da vida no campo.** In: Simpósio Internacional sobre a juventude brasileira. 5. Recife, 2012. **Anais...** Recife: UFPE, 2012. Disponível em:< http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-139.pdf> Acesso em: 20 set. 2015.

VANTROBA, E. A. **Necessidades e perspectivas para a permanência do jovem no campo no seu ambiente**. Irati/PR: PDE, dez. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2447-8.pdf >. Acesso em: 16 set. 2015.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Curso de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E ESPECIFICIDADES AGRÍCOLAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA LOCALIDADE “VÃO GRANDE” NO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES-MT

Revista Brasileira de Ciências Ambientais

RESUMO

O artigo identificou características sociais, econômicas e agrícolas de uma comunidade rural de quilombolas, localizada no território “Vão Grande” no município de Barra do Bugres/MT. Para a coleta dos dados, foram aplicados questionários a 27 famílias de agricultores da localidade, durante o período de dois a trinta de abril de 2016. Através dos dados, identificou-se a dificuldade de melhoria das condições de vida daquela comunidade, dadas às seguintes características: baixo índice de escolaridade com ocorrência de analfabetismo, baixa renda, falta de assistência técnica, falta de coordenação no sistema produtivo, decisões isoladas nos processos de plantio e comercialização dos produtos. Os quilombolas, que tradicionalmente desenvolvem atividades extrativistas e agricultura de subsistência têm conseguido a permanência na localidade de maneira sustentável na localidade pesquisada. Embora os dados retratem uma situação preocupante pelas variáveis pesquisadas, predominam entre os moradores mais antigos a satisfação em residir na localidade. A presença de instituições com intuito de identificar e apontar ações que possam segurar a manutenção da vida nessa comunidade rural, como a decorrente do projeto de pesquisa “BB Água Limpa” pode ser uma das contribuições para indicar possibilidades de melhoria na qualidade de vida da comunidade.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; políticas públicas; Características Socioeconômicos.

SOCIOECONOMIC CHARACTERISTICS AND AGRICULTURAL SPECIFITIES OF QUILOMBOLA COMMUNITIES IN “VÃO GRANDE” IN THE CITY OF BARRA DO BUGRES-MT

ABSTRACT

The work identified social-economic and agricultural characteristics of a quilombola rural community, located in the territory “Vão Grande”, in the city of Barra do Bugres/MT, Brazil. For data collection, questioners were applied to 27 farming families in the location, during the period from 2 to 30 April 2016. From the collected data, it was identified a difficulty in improving that community’s living conditions, because of the following characteristics: low education index, illiteracy, low income, lack of technical assistance, lack of coordination in the productive system, isolated decisions in planting processes and in marketing of products. Quilombolas, that traditionally develop extractive activity and subsistence agriculture, have succeeded in staying in the studied location in a sustainable way. Although the data show an alarming situation, according to the variables surveyed, among ancient residents

predominates a pleasure in living in the place. The presence of institutions with the goal of identify and point out actions that can assure the maintenance of life in the referred rural community, such as that from the research project “BB Clean Water”, may be one of the contributions to indicate possibilities of improvement in the community`s life quality.

Keywords: Traditional communities; Public policies; Socio-economic characteristics.

1. Introdução

As perspectivas das comunidades rurais historicamente revelam a luta pela sobrevivência, uso e manutenção de recursos naturais de forma sustentável. Os povos quilombolas reforçam esse modelo de vida, porém apresentam dificuldades na manutenção desses locais.

Algumas dessas comunidades, apesar de organizadas há algum tempo, perpetuam diversas carências, necessitam de constantes intervenções por parte de organizações, universidades, centro de pesquisas e órgãos técnicos, sejam inicialmente com o objetivo de conhecer melhor a realidade ou para manutenção de forma sustentável. Com a possibilidade de adaptação ao modo de vida moderno, que permita aos moradores dessas comunidades uma qualidade de vida com mais conforto ou através de uma perspectiva de manutenção da vida com mais saúde e reflexões nas suas práticas produtivas.

A necessidade da gestão ambiental de recursos naturais é uma das premissas abordadas no escopo desse estudo. O meio ambiente é considerado por Barbieri (2007) como ambientes naturais e artificiais, ou seja, os ambientes físicos e biológicos originais e o que foi alterado, destruído e construído pelos seres humanos, tais como áreas urbanas, industriais e rurais.

Dentro desse contexto, Grisa & Schneider (2014) afirmam que as políticas públicas voltadas para o meio rural oferecem suporte para a melhoria da vida no campo, assim como para implicações econômicas e sociais que repercutem em escala nacional e nas diversas e complexas realidades regionais.

Este estudo objetivou levantar os aspectos socioeconômicos, hábitos e costumes das comunidades quilombolas localizados no Território Vão Grande, município de Barra do Bugres - MT, tais como, constituição familiar, famílias com mais de dois filhos, nível de escolaridade e condições das moradias da localidade.

2. Fundamentação Teórica

2.1 As comunidades quilombolas

As comunidades quilombolas são grupos étnicos constituídos por população de origem negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir da relação com a terra, parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias (INCRA, 2014).

As comunidades quilombolas certificadas, no estado de Mato Grosso pela Fundação Quilombo dos Palmares são 66 ao todo. No município de Barra do Bugres são 5 comunidades: Comunidade Baixio, composta por 16 famílias; Comunidade Morro Redondo, com 23 famílias; Comunidade Gruta Camarinha, contendo 5 famílias, Comunidade Retiro composta por 10 famílias e Vaca Morta, por 9 famílias (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2014).

Após aprovação do artigo 68, como uma das disposições transitórias, da Constituição Federal, para Arrati (1997) a questão da regulamentação deste dispositivo constitucional somente foi regulamentada a partir de 1995, fortalecida pela associação com as festividades de centenário alusivas ao Zumbi dos Palmares.

A partir da regulamentação do INCRA, segue os seguintes passos: fase inicial, elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RIT), análise e julgamento dos recursos do RIT, portaria de reconhecimento, decretação e encaminhamento, desinstrução e julgamento, uma das características que deve ser evidenciada nos quilombolas é a de se autoreconhecer como “remanescente de quilombo”, processo referendado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e chancelado na legislação brasileira através do Decreto n. 143/2002.

2.2 Alternativas de produção sustentável em comunidades quilombolas

Uma alternativa de produção sustentável tem sido focada na biodiversidade. A Região Centro-Oeste do Brasil com uma biodiversidade rica em plantas, que produzem frutos diversos, tem criado possibilidades de geração de renda e desenvolvimento sustentável com estas plantas do cerrado. No estado de Mato Grosso alguns frutos têm ocorrência significativa, dentre eles os que ocorrem naturalmente no cerrado mato-grossense, na localidade de Vão Grande: o Baru. Conforme Pimentel (2008), da espécie *Dipteryx alata Vog,* integrante da família

Leguminosae-Papilionoideae, também conhecido como cumbaru, barujó, feijão-coco, castanha de burro, pau cumaru e imburana brava.

Além do baru, também pode ser encontrado na comunidade o buriti (Mauritia vinifera) que possui um elevado potencial de pró-vitamina A, é usado para receitas caseiras como sucos, doces, entre outros. O coco babaçu é uma outra alternativa pertencente ao local, pode ser extraído o óleo que é utilizado na composição de sabão, sabonetes e cosméticos. Além disso, também pode ser usado na produção margarinas, farinhas, carvão e velas (SOLER, et al., 2007).

Gutiérrez (2012) considera a necessidade de conversão do modelo de produção desenvolvido na agricultura familiar por comunidades tradicionais em um modelo, de agricultura convencional para de base agroecológica, um processo extremamente complexo tecnológica, metodológica, organizacional e politicamente.

O enfoque agroecológico constitui uma nova articulação epistemológica, metodológica e empírica participativa de caráter político que surge em resposta à lógica dominante do capitalismo produtivista no campo e da globalização econômica inspirados no paradigma analítico reducionista (GUTIÉRREZ, 2012).

3. Metodologia

Na pesquisa de campo para levantamento de evidências socioeconômicas, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. Esta pesquisa classifica-se quanto ao tipo exploratória, para Hair et al. (2005) e tem como objetivo aproximar-se do fenômeno e conseguir uma nova compreensão dele.

Foi aplicado um formulário aos representantes familiares que aceitaram, conforme Termo de Livre Consentimento, participar espontaneamente da pesquisa. Os dados foram coletados a partir de perguntas semiestruturadas, em seguida foram tabulados, transcritos e analisados a partir do recorte teórico que orienta a presente pesquisa. A coleta foi realizada no período entre 02/04/2016 a 31/04/2016. O resultado da análise se deu através da percepção de 27 moradores pesquisados na localidade “Vão Grande”, os entrevistados são das cinco comunidades, os quais tiveram a oportunidade de serem identificados sob aspectos produtivos, sociais, econômicos e culturais.

O modelo utilizado para realizar as entrevistas foi método de amostragem *Snowball* (bola de neve). Tal técnica é considerada como não probabilística é

utilizada em pesquisas onde os primeiros participantes indicam novos participantes que fazem parte do universo do estudo, e estes por sua vez indicam outras pessoas e assim sucessivamente até que os dados começem a se repetir.

Para averiguar e acompanhar os padrões éticos e morais da investigação, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), cadastrada no sistema Plataforma Brasil, cujo Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE), obteve aprovação sob número 52915316.7.0000.5166.

4. Resultados e Discussões

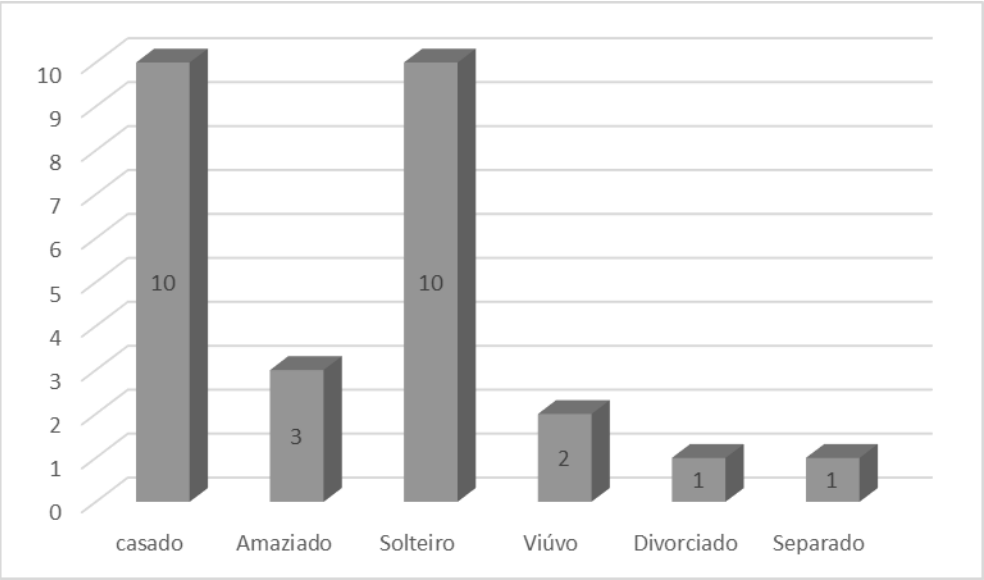
As comunidades do território Vão Grande estão localizadas a 70 km de distância da cidade de Barra do Bugres, do quais 30km aproximadamente é composto por estradas sem pavimentação. De acordo com Silva (2014) a formação dessas comunidades iniciou com a fuga dos escravos das senzalas, que encontraram em lugares de difícil acesso uma chance para recomeçar. Povoaram a região formando pequenos quilombos e permanecem no local desde o século XIX. A região é composta por cinco comunidades quilombolas e aproximadamente 90% dos moradores são parentes dos primeiros habitantes da região. (SEPLAN, 2015)

A média de idade dos moradores é de 41,8 anos. Dos entrevistados, vinte deles foram homens (74%) e sete mulheres (26%). A produção agrícola é baseada na agricultura de subsistência, tendo como principais produtos: a banana, feijão, arroz, milho, frutas em geral, criações de bovinos e suínos, com comercialização dos produtos por atravessadores. Quanto a treinamentos ou à assistência de produção, 50% dos moradores dizem que, às vezes, ambos são oferecidos; e 66%, nunca participaram de cursos para capacitação.

Em todas as comunidades há o fornecimento de energia elétrica, a escola situada na comunidade Baixio, que atende os estudantes das outras comunidades em que o acesso a água provém de uma mina da própria localidade. Em relação a viver na comunidade, 88% dos moradores sentem-se realizados com o local.

A seguir são apresentados dados, conforme a Figura 1, sobre o estado civil e formas de convivência dos pesquisados.

Figura 1 - Estado civil e formas de convivência dos pesquisados

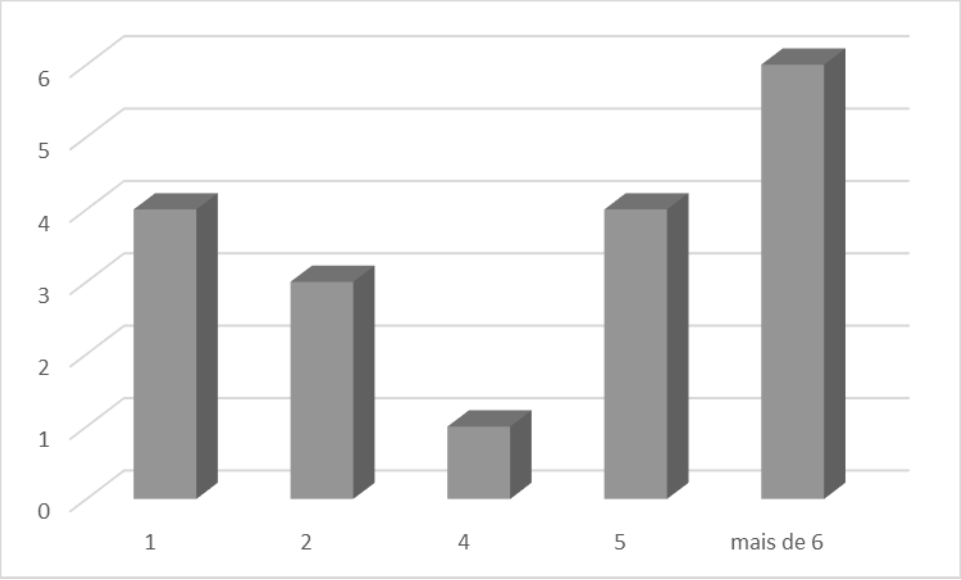


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Conforme os resultados quanto ao estado civil e formas de convivência dos pesquisados da Figura 1, nota-se que a quantidade de casados e solteiros correspondem a 37%.

Quanto a quantidade de filhos, 18 dos 27 pesquisados tem filhos. Destes, identificou-se uma média de 4,68 filhos por família, com idade média 14,46 anos. Em relação a quantidade de filhos por pesquisado, pode ser observado na Figura 2.

Figura 2- Quantidade de filhos por pesquisados



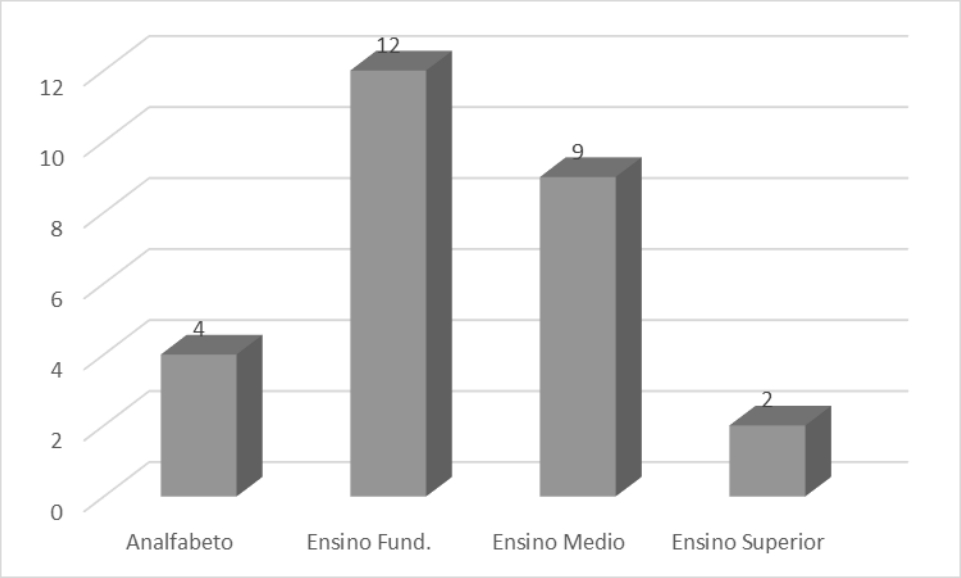
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Quanto à quantidade de filhos por famílias, a maioria dos pesquisados possuem mais de cinco filhos, ou seja, seis dos 18 pesquisados têm mais de seis filhos. Dentre esses pais, cabe destacar que dois são pais solteiros, um deles com

um filho e o outro com dois filhos. Estudos de Arguedas (2015) apontou resultados semelhantes a quantidade de filhos na comunidade, o mesmo ressalta que a família representa uma forma de organização social específica e geralmente seus membros buscam realizar sonhos e projetos em comum e o sentimento de união e relações de cuidado com o outro gerado pelos laços familiares são perceptíveis nas comunidades quilombolas, constatado também nas comunidades do território Vão Grande.

Quanto a escolaridade, observa-se pelas informações apresentadas na Figura 3, doze dos pesquisados cursaram o ensino fundamental, ou seja, (44%) possuem somente essa formação e nove deles (33%) têm o ensino médio completo. Ainda, foram localizados dentre os pesquisados, quatro analfabetos (14%), nota-se que nenhum dos moradores possui pós-graduação e somente dois deles (9%) possui o ensino superior.

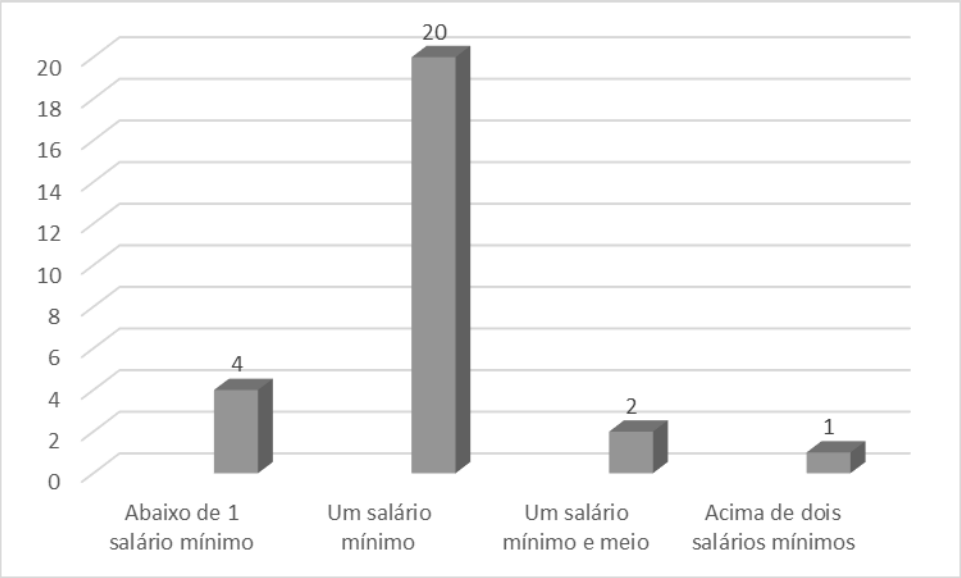
Figura 3- Escolaridade dos pesquisados



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A maioria das famílias, de acordo com dados dispostos na Figura 4, ou seja, 20 delas representando (74%) dos pesquisados têm como renda mensal um salário mínimo. Observa-se também que quatro (14%) vivem com renda inferior a um salário mínimo e apenas três vivem com renda superior a um salário mínimo (12%). É sabido que o grau de instrução oportuniza melhores condições econômicas, fato percebido na pesquisa, na qual o entrevistado com maior renda era justamente um dos que possuía o ensino superior completo e tinha emprego fixo na comunidade.

Figura 4 - Distribuição de renda familiar

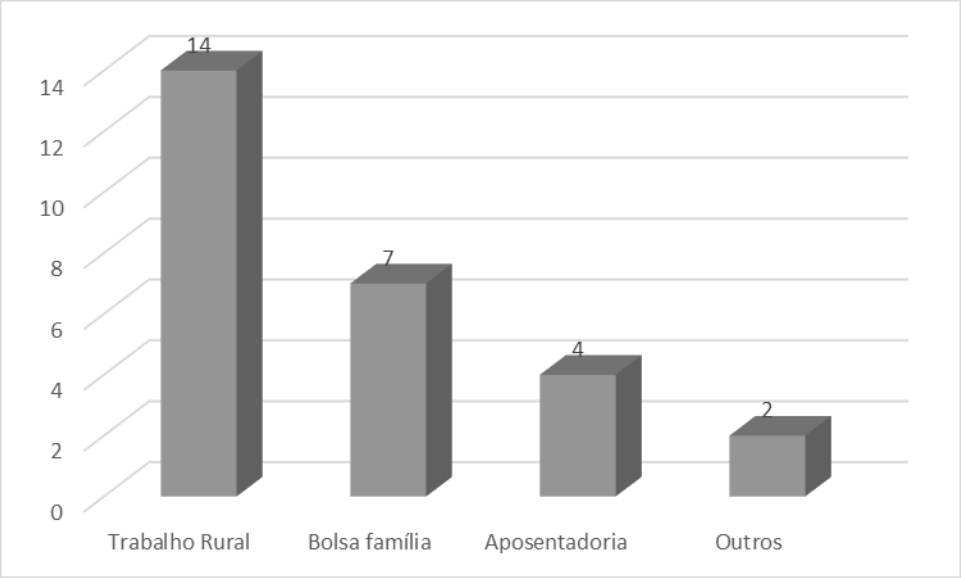


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Segundo Stropasolas (2006) a crise da produção familiar e a reprodução do oficio de agricultor tem como principal apontamento a baixa renda advinda da produção e as formas reduzidas de atividades desenvolvidas no local, corroborando com os dados da figura 5, na qual demonstra que a principal fonte de renda das famílias advém do trabalho rural, ou seja, quatorze famílias de agricultores têm como fonte principal de renda o trabalho rural, representando (51%) das famílias da comunidade.

Em seguida, seis apontaram o programa bolsa família, (25%) das famílias tem essa como a principal fonte de renda e quatro famílias de agricultores têm como principal fonte de renda a aposentadoria (14%) delas, ainda foi informada outras fontes de renda, como salários de recebidos de atividades desenvolvidas nas comunidades, como vigilante e merendeira, por duas famílias representando (10%).

Figura 5- Principal fonte de renda familiar

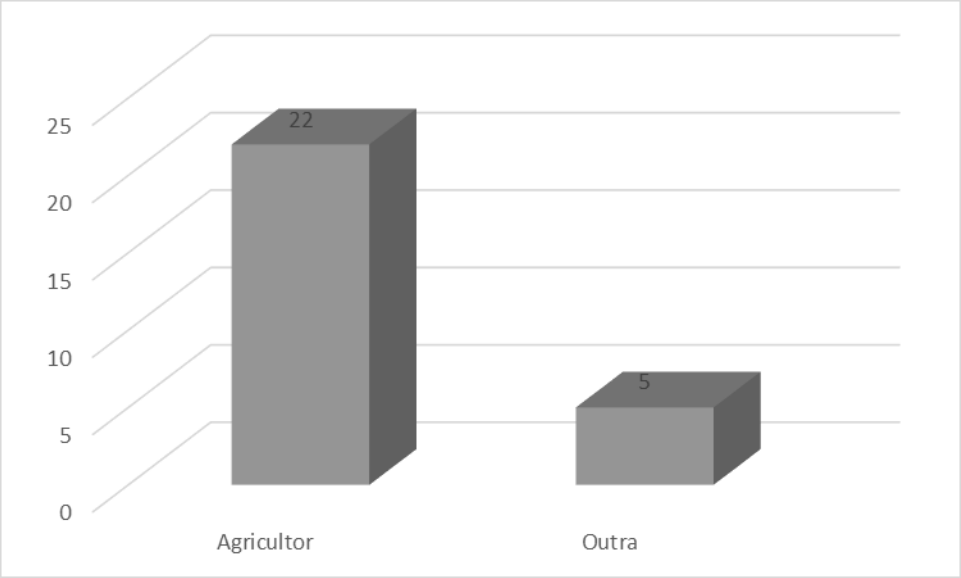


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Dessa forma, ao representar a segunda maior fonte de renda, o Programa Bolsa Família mostra-se como importante fonte de recursos para os agricultores, nesse sentido, constata-se a dependência de programas sociais para complementação de renda e até mesmo de subsistência das famílias Quilombolas. Para Resende (2000), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) mostra-se um inovador mecanismo de articulação entre o governo e a sociedade civil no encaminhamento de ações de combate à fome e à miséria. O Programa bolsa família, conforme Decreto 8.232 de 30 de abril de 2014, além das linhas que definem as situações de extrema pobreza e de pobreza, tem como principal objetivo garantir direito à alimentação, educação e saúde para famílias com vulnerabilidade econômica e social.

Quanto à principal profissão informada pelos pesquisados, foi a de braçal, ou seja, 81% tem essa atividade como principal profissão (Figura 6), e outros cinco agricultores (19%) informaram possuir outra profissão.

Figura 6 - Profissão



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

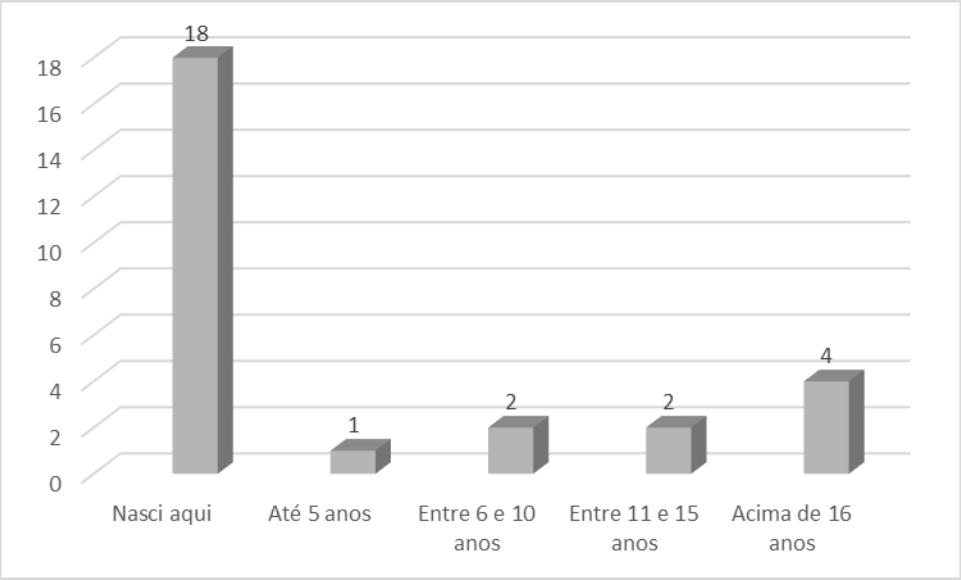
Foi possível notar que não há opção de emprego na comunidade, não há geração de renda fixa através de profissão formal, a não ser a escola quilombola e algumas construções (unidade de saúde e reforma da escola) que possibilitam a alguns trabalhadores desempenhar a profissão de pedreiro na própria comunidade. Nesse sentido, a agricultura desenvolvida na localidade torna-se mais importante para as famílias e reforça a perspectiva que deve haver melhora nos modos de produção e comercialização, sendo também embarcada na ideia de políticas públicas aplicadas nessas comunidades para haver um resultado efetivo. Essa realidade afirma o que Castro (2009) configura como dificuldades rurais que perpetuam nos traços da baixa escolaridade, baixa qualificação técnica e carregam o estigma de egresso e preconceito histórico, abarcando novamente a necessidade de políticas para a mudança desse meio.

Participações em programas de fortalecimento da agricultura ainda não são possíveis por conta das comunidades do território Vão Grande não possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf –DAP, dificultando o acesso a essas políticas. Os moradores locais apontam que não conseguiram o DAP por ser burocrático, principalmente por conta das terras serem quilombolas. Alguns autores destacam a importância destes sistemas para a agricultura familiar no combate à pobreza, na segurança alimentar e na conservação dos recursos naturais e as dificuldades advindas de burocracias para a aquisição do DAP atrapalham o crescimento dessas

atividades nas comunidades tradicionais e consequentemente a qualidade de vida dos habitantes locais (PALUDO; COSTABEBER, 2012).

Quanto ao local de nascimento, observa-se no Figura 7, que a maioria dos moradores, 26 deles nasceram na comunidade, ou seja, (99%), somente 1 dos agricultores reside na comunidade há menos de cinco anos.

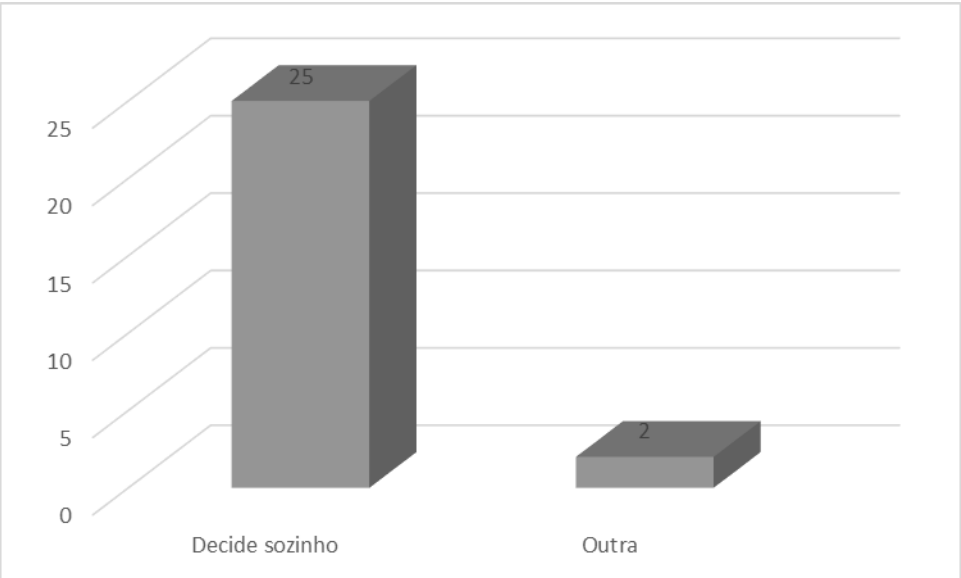
Figura 7- Tempo de residência na localidade



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Quanto ao processo de decisão do que produzir, nota-se na Figura 8 que a maioria dos pesquisados 25, (92,6%) decidem de maneira independente o que produzir.

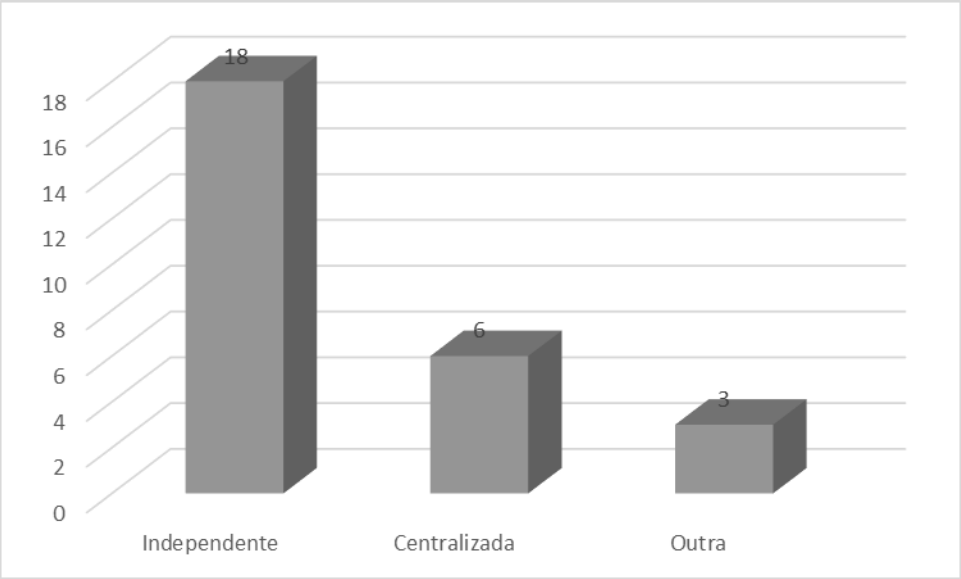
Figura 8 - Decisão do que produzir



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

As decisões sobre o processo de comercialização, Figura 9, observa-se que a maioria decide de maneira independente como irá comercializar seus produtos, ou seja, 18 agricultores (67%) comercialização de forma independente seus produtos.

Figura 9 -Quanto às necessidades sobre o processo de comercialização



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Os principais produtos cultivados nas comunidades são: a banana, feijão, arroz, milho, frutas em geral e criações de bovinos e suínos. A comercialização de produtos se dá por atravessadores, principalmente por conta da falta de transporte, inclusive público, para ir para a cidade e também pelas péssimas condições da estrada que liga as comunidades as cidades vizinhas.

O processo de comercialização de produtos da agricultura familiar pode representar uma alternativa de agregação de valor, a comercialização dos excedentes de produção, para as comunidades. A Lei No. 11.947 de 16 de junho de 2009 dispõem sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Mencionando as diretrizes da alimentação escolar.

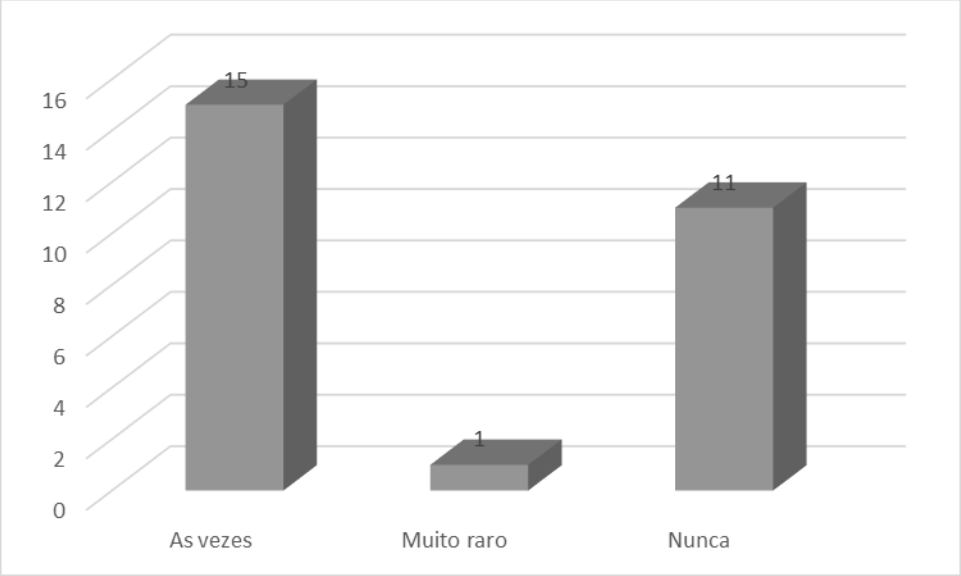
O Artigo 14 desta lei determina que do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Educação (FNDE), no âmbito do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os

assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas

Considerando as decisões do que produzir (Figura 8) e a forma de comercialização (Figura 9), nota-se que os agricultores trabalham de forma isolada, contraria uma tendência no desenvolvimento da agricultura familiar que necessita de articular-se para superar as dificuldades e alcançar o mercado. Para Kaiser (1990) as tendências rurais passam pela necessidade de os indivíduos discutirem os negócios em comunidade.

A assistência técnica oferecida aos agricultores tem sido rara, conforme Figura 10, a maioria das vezes recebem assistência técnica, ou seja, 15 deles representando (56%) e 11 agricultores (41%) informaram que nunca receberam assistência técnica e 1 agricultor (3%) raramente.

Figura 10 - Assistência técnica recebida

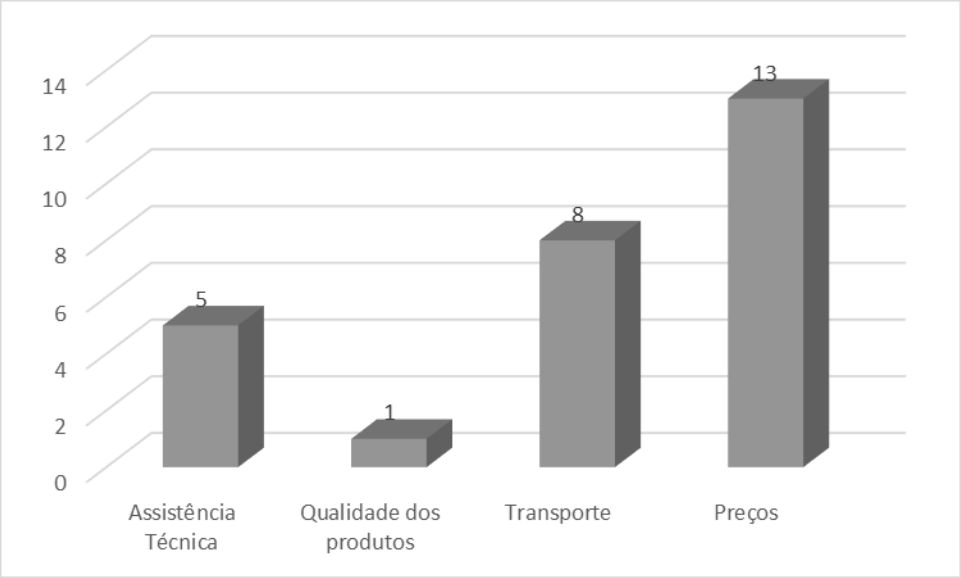


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Questionados sobre as principais dificuldades para produzir e comercializar seus produtos, conforme a Figura 11, a maioria dos agricultores, 13 deles (48%) informaram que estabelecer o preço venda adequado é uma das principais dificuldades para comercializar, seguido por oito agricultores (29%) que afirmam ser o transporte uma das maiores dificuldades na comercialização dos produtos. Castro (2009) ressalta que a falta assistência técnica é um dos entraves para a produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar e a ponta a necessidade do

desenvolvimento de políticas voltadas para atender o agricultor, justamente nessa área tão carente no Brasil.

Figura 11- Quanto às principais dificuldades para produzir e comercializar os produtos

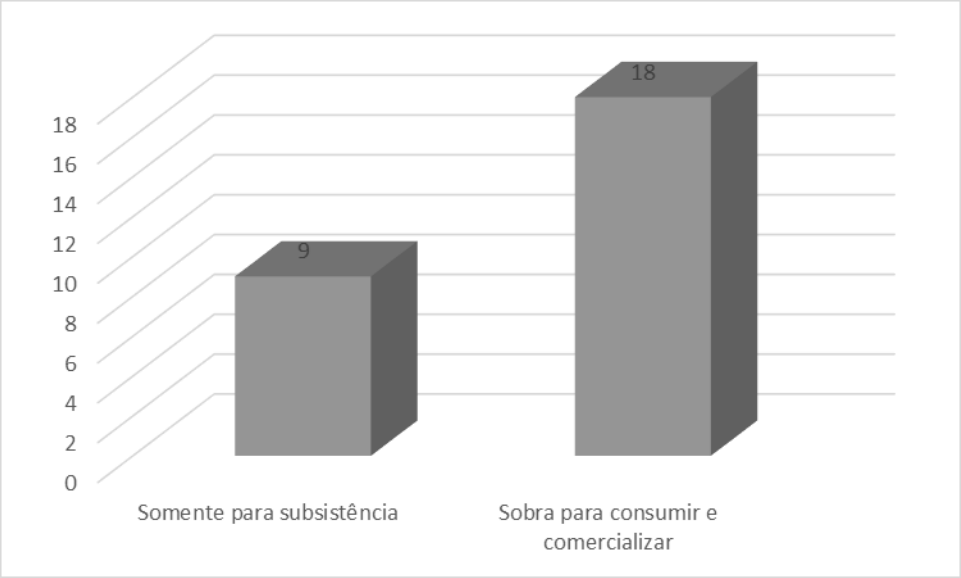


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Em relação à quantidade produzida, conforme observa-se na Figura 12, há excedente na produção, ou seja, 18 dos pesquisados (67%) afirmam que o que produzem atende somente as suas necessidades, os demais 9 agricultores (33%) produzem para sua subsistência e sobra para comercializar.

Nesse aspecto, entender como as políticas públicas são fundamentadas e o impacto na sociedade é um desafio para muitas áreas de estudos no Brasil, torna-se uma tarefa árdua quando essas políticas são voltadas para uma determinada classe da população, como comunidades rurais, povos indígenas e quilombolas, nas quais é necessário um cuidado maior na formulação e aplicação das mesmas, uma vez que englobam uma classificação abrangente, envolve diversidade social advinda de experiências, trabalhos, sociabilidade, troca cultural, laços familiares e interação com o meio ambiente. (GALINDO, 2012, p.3)

Figura 12- Quanto à destinação da quantidade produzida



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Observa-se uma concentração de algumas características que contribuem para um comportamento de um modelo de produção, baseado na subsistência. Se por um lado, isto contribui para a manutenção das famílias que residem na localidade há gerações, por outro, colocam-nas em uma situação de dificuldade da sustentabilidade econômica. A baixa variedade nos produtos primários ofertados pela comunidade gera uma dependência de muitos produtos manufaturados advindos dos centros urbanos e, nesse sentido, os quilombolas não conseguem atingir uma condição de vida com mais conforto.

Considerando o analfabetismo (14%) e a baixa escolaridade (44%) dos pesquisados que possuem somente o ensino fundamental, em relação à baixa renda (74%) dos que ganham, em média, um salário mínimo por mês, embora essa renda principal (49%) de trabalho rural e uma parte significativa, (27%) têm como fonte de recurso financeiro programas sociais como bolsa família.

Os pesquisados indicaram que a assistência técnica é prestada a somente a quinze entrevistados, embora exista excedente de produção em sessenta e sete por cento, o que indica condições favoráveis para as culturas existentes, pois mesmo sem receberem uma assistência técnica conseguem produzir com excedentes. Quanto ao processo de comercialização, os dados mostram a necessidade de coordenação, observa-se que (92%) das decisões são tomadas de forma independente e que (67%) decidem de maneira isolada a forma de comercialização dos seus produtos, ou seja, esse fato expõe os produtores em condições de

tomadores de preços e não formadores de preços, pois não conseguem agregar valor em processos estratégicos.

Apesar dos excedentes de produção a comunidade ainda não participa de programas de fornecimento de alimentos como previsto na Lei 11.947 de junho de 2006, a qual prevê no seu Artigo 14 que 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNAE) sejam utilizados para aquisição de alimentos, priorizando essa aquisição junto às comunidades como os quilombolas.

Através da pesquisa, foi possível perceber a oportunidade de introduzir o extrativismo nas comunidades como mais uma alternativa para fonte de renda das famílias, visto que foi identificada a presença de cumbaru, buriti, babaçu, entre outros frutos, na região.

Considerações

As informações coletadas coadunam com algumas características reveladas no próprio questionamento, quando os moradores com idade mais elevada (59%) nasceram na localidade e indicam sua plena satisfação em lá residir; no entanto, os mais jovens, com idades entre 15 e 29 anos, não manifestam a mesma satisfação.

Dos fatores que condicionam os quilombolas pesquisados, destaca-se a falta de renda e a baixa escolaridade e, nesse sentido, este estudo aproxima-se da percepção do estudo de Soares (2012), que manifesta sua indignação à efetivação de uma política escolar que ignora os alunos quilombolas e possibilita a continuidade do racismo e o preconceito.

Referências Bibliográficas

AMARAL, L. A.; NADER FILHO, A.; ROSSI JÚNIOR, O. D.; FERREIRA, F. L. A. & BARROS, L. S. S. **Água de consumo humano como fator de risco à saúde em propriedades rurais**. Revista de Saúde Pública, v.37, p.510-514, 2003.

ANJOS, José C. G. dos et al. São **Miguel e Rincão dos Martiminianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ARRUTI, J. M. A. **A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas**. Mana, v.3, n.2, p. 7-38, 1997. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2439.pdf>. Acesso em 14 de fev. 2016.

ARGUEDAS, A.G. **Território para viver: dinâmicas territoriais da comunidade quilombola de acauã.** Natal, RN, 2014. 200 f: il. Dissertação (mestrado) –

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós- Graduação em Geografia.

BARROS, L.S.S. Água de consumo humano como fator de risco à saúde em propriedades rurais. **Revista de Saúde Pública**. v. 37, n.4, p.510-514, 2003.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, modelos e instrumentos**. 2. Ed. Editora Saraiva, São Paulo, 2007.
BRASIL. INCRA - Instituto Nacional da Reforma Agrária, 2014. **Etapas da regularização quilombolas**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Certidões expedidas às comunidades remanescentes Quilombos (CRQs)**, 2013. Disponível em:<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/1-crqs-certificadas-ate-25-10-2013.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2016.

BRASIL. MDA – Ministério do Desenvolvimento da Agricultura. **Bolsa Família. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia. Acesso em 09 de maio de 2016.**

CASTRO, J.A. et al. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil.** Brasília: IPEA, 2009.

HAIR, J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Manual para a Gestão de Certificação de Imóveis Rurais**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://saladacidadania.incra.gov.br> Acesso em jul. 2016.

GALINDO, E. **Em pauta: a juventude do rural e as políticas públicas.** In: MENEZES; STROPASSOLAS; BARCELLOS (Org.) Juventude rural e políticas públicas no Brasil. Brasília: Presidência da República, 2014. p.122-132

GUILHERME, E. F. M.; SILVA, J. A. M.; OTTO, S. S. *Pseudomas aeruginosa cmo indicador de contaminação hídrica*. **Higiene alimentar**, v, 14, n.76, p.43-46, 2000.

GUTIERREZ, Luis Alejandro Lasso. **Agroecologia e desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária; ação coletiva e sistemas locais de conhecimento e inovação na Região Metropolitana de Porto alegre**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. f. 357. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/99361/313748.pdf?sequence=1. Acesso em: 05 de julho de 2014.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

KAISER, B. **La Renaissance Rurale:** Sociologie des Campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.

NEVES, Marcos Favas; CONEJERO, Marco Antônio. Uma contribuição empírica para geração de métodos de planejamento e gestão. **Revista Administração**, v.47, n.4, p.699-714, São Paulo, out/no/dez, 2012. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rausp/v47n4/a14v47.pdf. Acesso em 21 de maio de 2016.

PALUDO, R.; COSTABEBER, J.A. **Sistemas agroflorestais como estratégia de desenvolvimento rural em diferentes biomas brasileiro**s. Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, v. 7, n. 2, 2012. p. 63-76.

PIMENTEL, Noara Modesto. **Processo produtivo para o aproveitamento dos produtos florestais não-madeireiros do baru (Dipteryx alata Vog.)**. 2008. 107 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/6247

REZENDE, Luís Fernando de Lara. **Comunidade solidária: uma alternativa aos fundos sociais.** Brasília, 2000. Disponível em: <http.www.repositório.ipea.gov.br/bitstream/110058/2346/1/TD_725.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2016.

SEPLAN. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Anuário Estatístico 2004. Cuiabá/MT: SEPLAN, 2004. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/>. Acesso em: 04 nov. 2015.

SILVA, M. M. **Educação escolar quilombola comunidades quilombolas do território quilombola de Vão Grande, Barra do Bugres - MT:** percepções e significados sobre a E.E José Mariano Bento. Cáceres. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2014.

SOARES, Edimara Gonçalves. **Educação Escolar Quilombola: Quando a diferença é indiferente**. Tese Doutorado Universidade Federal do Paraná, 2012. P.143. Disponível em:<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/29808/R%20-%20T%20-%20EDIMARA%20GONCALVES%20SOARES.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

SOLER, M.P; VITALI, A. A.; MUTO, E. F. **Tecnologia de quebra de coco de babaçu (Orbgnya speciosa).** Cienc. Tecnol. Aliment. vol. 27, n.4, p.717-727, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-20612007000400007> Acesso em: 12 de julho de 2016.

SUCESSÃO RURAL EM MATO GROSSO: COMUNIDADES QUILOMBOLAS E O DESAFIO DE CONTINUAR NO CAMPO

Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)

RESUMO

A sucessão rural é um tema recorrente nas pautas de políticas públicas do Brasil, devido sua importância para continuidade das atividades campesinas, produção e segurança alimentar. Entender a dinâmica sucessória e a conjuntura social envolvida nesse processo é relevante para estabelecer políticas que fortaleçam o desejo de permanecer no campo, principalmente para os jovens rurais. Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo identificar a realidade dos envolvidos, suas expectativas de vida, continuidade ou não das atividades praticadas e analisar os elementos predominantes ou não para a sucessão nas comunidades quilombolas do território Vão Grande, município de Barra do Bugres – MT. A pesquisa foi de caráter qualitativo e para atender os objetivos propostos foi utilizado o método de amostragem *Snowball (*bola de neve). O estudo evidenciou que os laços familiares entre os moradores é um dos principais fatores que os filhos permaneçam no local, embora os pais não impeçam que os filhos saiam da comunidade em busca de melhores oportunidades. Os jovens também demonstraram que a convivência com a família e a tranquilidade do campo são fatores relevantes, porém não são suficientes para mantê-los ali já que buscam melhorias financeiras, lazer e estudo ofertados nas cidades da região. Os dados apontaram que a maioria deles não pretendem continuar com a atividade agrícola desempenhada pelos pais e buscam por outras profissões. Foi constatado também que está havendo uma ruptura geracional, comprometendo a continuidade das atividades tradicionais das comunidades.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; jovens rurais; permanência no campo.

RURAL SUCCESSION IN MATO GROSSO: QUILOMBOLA COMMUNITIES AND THE CHALLENGE OF CONTINUING IN THE COUNTRYSIDE

ABSTRACT

The rural succession is a recurrent theme in issues of Brazilian public policies, due to its importance to the continuity of peasant activities, production and food security. Understanding the succession dynamics and the social scenario involved in this process is relevant to stablish policies that strengthen the desire of staying in the countryside, mainly to rural young people. In this regard, the goal of this research was to identify the reality of those involved, their life expectancy, the continuity or not of practiced activities, as well as to analyze the predominant elements or not for the

succession in quilombola communities in the territory “Vão Grande”, in the city of Barra do Bugres-MT, Brazil. It was conducted a qualitative research and, in order to accomplish its goals, it was used the sampling method Snowball. The study showed that family ties among the residents are one of the main factors for parents to want their children to stay in the place, although they do not prevent children from leaving the community, searching for better opportunities. Young people demonstrated, as well, that living with their family and the countryside peace are relevant factors. Nevertheless, these factors are not sufficient to keep them in the place, since they search for financial improvements, leisure and study opportunities offered in the cities of the region. Data pointed out that most of the young people do not intend to continue with agricultural activity performed by their parents; they search for other occupations. It was also detected that there has been a generational rupture, which compromises the continuity of traditional activities of the communities.

Keywords: Traditional communities; Rural young people; Staying in the countryside.

1 Introdução

As atividades agrícolas são as principais fontes para o abastecimento de alimentos no país, boa parte dessa demanda advém da agricultura familiar. A agricultura familiar no Brasil é diversificada e composta por pequenos produtores, comunidades tradicionais que envolvem ribeirinhos, quilombolas, indígenas, entre outros, que produzem em seus estabelecimentos rurais boa parte dos alimentos que compõe a cesta básica dos brasileiros. A continuidade dessa produção, depende das próximas gerações, principalmente quando se leva em conta que o meio rural encontra-se em processo de envelhecimento. (GALINDO, 2012, p.3)

É evidente a relevância da agricultura no Brasil e, dentro desse contexto, torna-se necessário identificar a sucessão dessas atividades no meio agrícola, principalmente nas pequenas propriedades, como em assentamentos e comunidades tradicionais que contribuem para o fomento e diversidade de alimentos produzidos no país.

Autores como Carvalho (2007) descrevem a sucessão como um processo endógeno, no qual um dos filhos sucede o pai na administração da área rural, assumindo assim a continuidade da produção na unidade. Porém o processo de sucessão tem como desafio a permanência do jovem na terra. Costa Júnior (2007) cita fatores como a falta de estrutura, políticas limitadas a agricultura familiar, baixa escolaridade e dificuldades financeiras que contribuem para a saída do jovem do campo para o meio urbano em busca de novas oportunidades.

Complementando esse pensamento, Ahlert (2009) comenta que a população no país se encontra em processo de envelhecimento e parte da renda do campo é adquirida através da aposentadoria, desmotivando os jovens a permanecerem nas propriedades. O estudo da juventude rural requer a compreensão de uma dinâmica social que engloba a casa, vizinhança e cidade, como espaços que se entrelaçam e produzem sentido à vida destes jovens. Ao mesmo tempo estão em jogo o passado das tradições familiares e a vida cotidiana que é representada pela educação, trabalho e principalmente o futuro das estratégias profissionais, matrimoniais e de constituição patrimonial que incluem os processos de herança e de sucessão (CORDEIRO, 2009).

Percebe-se então que questões relacionadas a melhores oportunidades podem estar levando os jovens a evadirem para o meio urbano, e isso pode interferir no processo de sucessão nas atividades agrícolas, como na gestão das terras. Nesse contexto, torna-se importante questionar: Quais os principais fatores que podem influenciar ou não o jovem de uma comunidade tradicional a optar por ficar ou sair da área rural? A identidade dos antepassados, as vivencias, o sentimento de pertencimento com a história de seu povo pode contribuir para o jovem permanecer no campo, mesmo com todos os desafios apontados? Para responder a esses questionamentos, a pesquisa pretende identificar a realidade dos envolvidos, suas expectativas de vida, continuidade ou não das atividades praticadas e analisar os elementos predominantes ou não para a sucessão nas comunidades quilombolas do território Vão Grande em Barra do Bugres – MT.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Mudanças no meio rural

As mudanças advindas do fenômeno da “desruralização” trouxe grandes impactos para o Brasil e principalmente para o meio rural, que perdeu grande parte de sua população por conta da migração para as cidades. De acordo com o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2015), menos pessoas estão morando na área rural, com uma diminuição de 2 milhões de pessoas entre 2000 e 2010, no qual apontam que maioria delas se deslocaram para a área urbana.

Além de ser um motivo de preocupação para a produção de alimentos no país, setor agrícola e impactos econômicos e ambientais, o novo cenário rural

também envolve relações sociais que devem ser analisadas por sua complexidade de interação e mudanças conjunturais. Segundo Silva (1997) várias são as influências para tal cenário, como industrialização, serviços auxiliares na produção, tecnologia, telecomunicações, novas atividades especializadas no campo, principalmente técnicas, causam a chamada pluriatividade no campo, ou seja, diversidade de atividades atrelada a vida rural. No entanto, o autor ressalta que essa estrutura não garante menores índices de pobreza e miséria, isolamento de populações, condições adequadas de infraestrutura e opções de lazer.

Por conta das mudanças trazidas pela globalização e politicas precárias voltadas para o campo, o rural tem se tornado menos atrativo para os jovens. O censo realizado em 2010, aponta que 8 milhões de jovens, de 15 a 29 anos, estão no meio rural e quando comparado aos dados do censo de 2000 o êxodo rural é crescente, no qual apontava 9 milhões de jovens. Apesar da saída dos jovens no campo, Galindo (2012, p.3) complementa que a juventude rural mantém sua identidade através do vínculo com a terra, a produção, pois a atividade e o manejo exercidos pela família são transmitidos de geração em geração. Além desse vínculo existem múltiplas dimensões que caracterizam essa categoria, como os componentes étnicos, de gênero, territorial, orientação sexual e religioso, no qual a autora aborda que devem ser ponderados no momento de definir políticas públicas para esses grupos.

Apesar da juventude rural buscar o reconhecimento como indivíduos que possuem direitos e pensamento crítico, muitas contradições envolvem essa população. A tradição da autoridade masculina no campo, relações patriarcais e a pressão relacionada ao gênero está muito presente nas relações familiares. Segundo Iamamoto (2007, p.128) essa pratica ainda é frequente, porém com um viés “modernizado” ou também conhecido como “modernização conservadora”, ligação advinda entre as famílias tradicionais e o moderno agronegócio.

Dentre esses fatores, Barcellos (2014, p.25), relata que a juventude rural é constantemente associada à migração do meio rural para o urbano, ou seja, a diminuição demográfica da população rural. E esse processo ocorre, de acordo com Vantroba (2009, p.5), pela impossibilidade dos jovens alcançar o desenvolvimento econômico com as atividades agrícolas, desestimulando não apenas a continuidade dessas pessoas no campo, como também as melhorias que poderiam ser

implantadas por essa geração, reconhecida principalmente pela vontade de mudar a realidade.

2.2 Sucessão

O termo Sucessão vem sendo muito discutido na atualidade por conta do êxodo rural crescente no país, colocando em risco a continuidade das atividades agrícolas e a vida camponesa. Por conta dessa preocupação, Spanevello (2008, p.22) aborda que a lógica da sucessão se concentra na necessidade de manter o patrimônio familiar, representado pela terra, através da transmissão aos filhos. Complementando esse conceito, Stropasolas (2011, p.26) versa que o processo sucessório compreende a retirada da geração mais idosa da administração do estabelecimento, colaborando para a formação profissional de um novo agricultor, assim, a sucessão é um processo que vai além da transferência de patrimônio, mas também que envolve relações socioculturais.

Na visão de Weisheimer (2009, p.23), a sucessão é responsável por novas gerações de agricultores e inclui fatores a serem considerados, como: a sucessão profissional, a passagem das responsabilidades do trabalho, da terra para a geração seguinte; a transferência legal do patrimônio e dos bens para um dos possíveis herdeiros e a aposentadoria da geração atual, que implica na continuidade da gestão dos ativos da propriedade pela geração futura.

Além dessas possibilidades, o autor também acrescenta outras variáveis que contribuem para o processo de sucessão, tais como as oportunidades de trabalho independente, o envolvimento da unidade produtiva, tamanho da propriedade, a renda familiar, acesso à escolarização, permanência na cultura camponesa, perspectivas de herdar terras e matrimônio com um (a) agricultor (a). Em todas perspectivas o jovem ou a nova geração deve ter a vontade de permanecer no campo ou nas atividades agrícolas.

A sucessão é fundamentada por muitos atores e possui várias dimensões, porém, Spanevello (2008, p.44), versa que a literatura sobre esse tema se baseia especificamente em dois fatores: “1) a sucessão é fundamentalmente um processo com várias fases/estágios; 2) a sucessão é marcada por um processo de socialização dos filhos desde crianças nas atividades agrícolas do estabelecimento”. Na visão da autora, a sucessão também pode ser explicada diante das situações

sociais e econômicas, vivenciadas internamente por cada família em seu estabelecimento.

2.2.1 Jovens rurais de comunidades tradicionais

Os jovens que fazem parte dessas comunidades, carregam consigo as histórias de lutas e dificuldades de seus ancestrais, parentes e muitos desses jovens batalham com eles para manter viva as tradições e culturas de seu povo. Diante disso os jovens quilombolas, além de enfrentar todos os desafios que se estende a juventude rural, também devem administrar o peso da tradição, os valores culturais, a ligação com o espaço onde vivem e a responsabilidade de continuar esses saberes, manter a identidade, na qual lutam para ser reconhecida e respeitada, ou seja, a vida desse jovem no campo é duplamente desafiadora. (CARRANO, 2014)

No entanto, existe muito mais desafios na vida desse grupo. Segundo Stropasolas (2012) os jovens rurais dessa classe vivem em condição de empobrecimento social e econômicos, são alvo de preconceitos, discriminação, exclusão e invisibilidade, acesso diferenciado a oportunidades e até mesmo no acesso a cidadania. Diferenças sociais que são aumentadas quando equiparadas a regiões do país. O autor é conciso quando afirma que essas desigualdades acompanham a história do Brasil desde o período colonial, permanecendo presente no cotidiano de um número expressivo dessa população rural.

Levando em conta essas considerações, a busca por melhores condições também é um dos motivos do jovem quilombola abandonar a vida no campo, guardar na memória sua comunidade e tentar no meio urbano uma vida diferente. Para que a juventude tenha ânimo em ficar no campo.

Galindo (2012) aborda que o jovem rural que pertence a comunidades tradicionais, deve ser compreendido a partir de componentes étnicos, culturais, religiosos, ou seja, devem ser considerados os aspectos de diversidade que fazem parte da história dessas pessoas, que além de pertencerem a categoria de jovem rural, também fazem parte de uma tradição e cultura que o diferenciam de outros jovens e essas características devem ser consideradas no momento da formulação de políticas públicas para a juventude.

2.2.2 Tradição

A tradição é um dos traços culturais mais importantes de uma população, através dela é possível destacar os costumes e modos de convivência que passam de geração em geração, influenciam as relações cotidianas e o meio ambiente. Mediante traços culturais, Velho (2009) aborda que dentro de um grupo existe a identidade individual do sujeito, construída através de elementos como memória, visão retrospectiva e prospectiva, ou seja, o indivíduo consegue analisar fatos passados e pensar no futuro, reinterpretando com maiores ou menos ilusões o passado e a perspectiva de futuro e diante de uma sociedade moderna individualista, a existência de uma ideia de continuidade subjetiva e interior, baseada em trocas diversificadas, inúmeras etapas de interações, multipertencimentos, é o que mantém a consistência básica apoiada na tradição.

As comunidades quilombolas representam a diversidade dos povos tradicionais e também expressam suas crenças e valores através de comemorações festivas, cultivo de plantações, criações de animais entre outros. Nesse sentido, Souza (2008) relata que nessas comunidades a perspectiva de identidade está intimamente ligada a noção de territorialidade, que nada mais é do que o reconhecimento da terra como seu lugar de pertencimento, um espaço que foi passado pelas várias gerações sem a partilha formal ou posse individualizada. Dessa maneira, todas as formas de expressar a identidade da comunidade ficam ligadas também ao seu território.

Nesse aspecto, a manutenção do conhecimento tradicional é um dos temas mais recorrentes da atualidade, tratado por inúmeras organizações internacionais, inclusive pela Organização das Nações Unidas - ONU, que destaca a importância das comunidades tradicionais e reconhece o papel das mesmas na conservação de áreas protegidas, como demostra o documento de Convenções sobre Mudanças Climáticas e sobre Diversidade Biológica - CDB

> A estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais, e que é desejável repartir equitativamente os benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional, de inovações e de práticas relevantes à conservação da diversidade biológica e à utilização sustentável de seus componentes (CONVENÇÃO, 1992).

A organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura - UNESCO também expressa preocupação com os povos tradicionais, ressaltando a proteção do patrimônio imaterial, ou seja, a cultura tradicional como parte integrante

da cultura de um país vivente, contribuindo para sua evolução e complementa com a recomendação a baixo

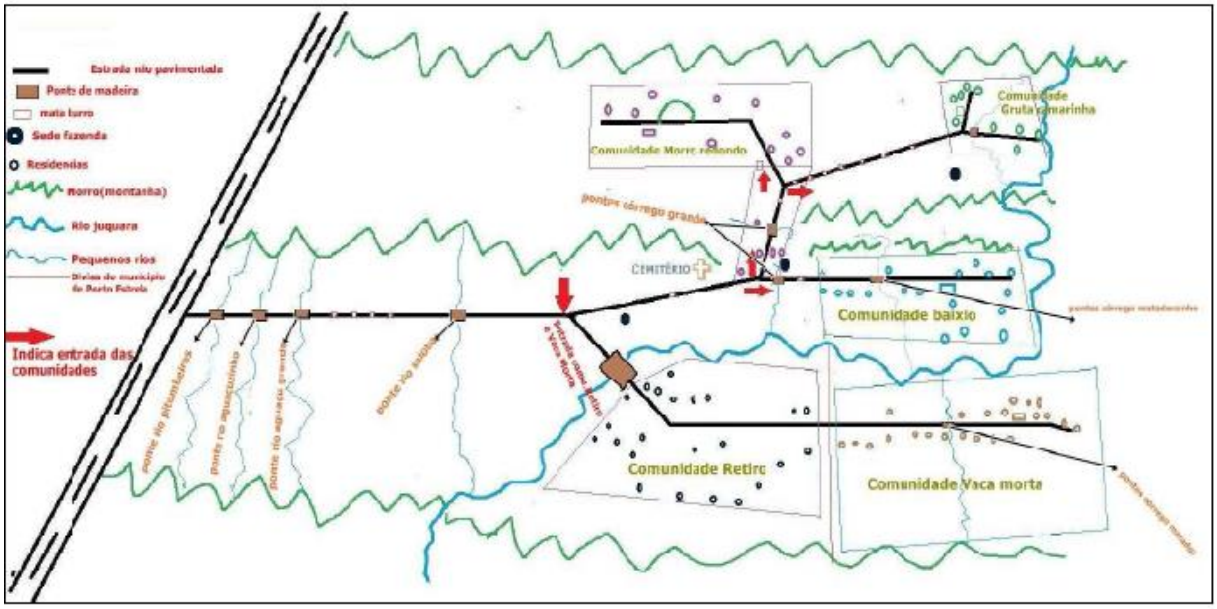
> Se traduz em manifestações da criatividade intelectual individual ou coletiva, merece uma proteção análoga à que se outorga às produções intelectuais. Uma proteção dessa índole é indispensável para desenvolver, perpetuar e difundir em maior medida este patrimônio, tanto no país como no estrangeiro, sem atentar contra os interesses legítimos. (RECOMENDACIÓN, 1989)

Apesar de haver a preocupação de órgãos internacionais com a preservação dos saberes tradicionais, Zanirato e Ribeiro (2007) relatam que ainda é longínqua uma normativa que garanta condições para manter a continuidade dos saberes tradicionais, que são atingidos por várias influências, tanto econômicas como sociais.

3 Metodologia

A cidade Barra do Bugres está localizada na bacia do Alto Paraguai, na mesorregião Centro Sul de Mato Grosso (SEPLAN, 2015), é banhada pelo Rio Bugres e Rio Paraguai, situada a 150 km da capital do Estado, Cuiabá. Na zona rural do município, aproximadamente 70 km, estão localizadas as comunidades quilombolas do território de Vão Grande (Figura 1), de acordo com Silva (2014) a formação dessas comunidades iniciou com a fuga dos escravos, que encontraram em lugares de difícil acesso uma chance para recomeçar. Povoaram a região, formando pequenos quilombos e permanecem no local desde o século XIX. A região é composta por cinco comunidades quilombolas e cerca de 90% dos moradores são parentes dos primeiros habitantes da região.

Figura 1 - Croqui da localização das comunidades do Território Vão Grande



Fonte: Miguel Bento - Morador da comunidade Baixio.

Os moradores foram selecionados pelo método de amostragem *Snowball* (bola de neve). Tal técnica é considerada como não probabilística e é utilizada em pesquisas onde os primeiros participantes indicam novos participantes que fazem parte do universo do estudo, e estes por sua vez, indicam outras pessoas e assim sucessivamente. O objetivo proposto é atingido quando se alcança o chamado “ponto de saturação” que de acordo com Wha (1994), é alcançado quando os novos entrevistados repetem os dados já obtidos em entrevistas anteriores e não acrescentam novas informações pertinentes a pesquisa.

Essa técnica justifica-se pela pouca disponibilidade de tempo e recursos para um estudo que envolve cerca de 63 famílias distribuídas em cinco comunidades que são: Comunidade Baixio, composta por 16 famílias; Comunidade Morro Redondo, com 23 famílias; Comunidade Gruta Camarinha, contendo 5 famílias, Comunidade Retiro composta por 10 famílias e Vaca Morta, por 9 famílias. A pesquisa foi realizada durante o mês de abril de 2016, na qual foi possível conviver com os moradores, participar da rotina dos envolvidos, de conversas informais sobre as histórias dos antepassados e da comunidade, assim como a oportunidade de estar presente nas refeições, encontros entre famílias entre outras situações que enriqueceram o estudo.

Foram entrevistados 53 moradores das comunidades, sendo distribuídos entre 26 jovens de 15 a 29 anos de idade e 27 adultos representantes familiares que

aceitaram, conforme Termo de Livre Consentimento, participar espontaneamente da pesquisa. Os dados foram coletados a partir da aplicação de formulário semiestruturado, tabulados, transcritos e analisados a partir do recorte teórico que orienta a presente pesquisa. Para averiguar e acompanhar os padrões éticos e morais da investigação, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), cadastrada no sistema Plataforma Brasil, cujo Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE), obteve aprovação sob número 52915316.7.0000.5166.

Para identificar os pesquisados, e respeitando os padrões éticos estabelecidos do sigilo ao nome, foi atribuído números aos entrevistados da seguinte maneira: começando com os representantes da família, intitulados como “agricultor”, iniciando do número 01 ao 27. E logo após com os filhos, intitulados como “jovens” também partindo do número 01 ao 26.

4 Resultados e discussões

Nas comunidades Quilombolas do Território Vão Grande, todos os moradores locais consideram importantes as tradições das comunidades. Apontam como as principais festas comemorativas a Festa dos Santos e Festa de São Gonçalo, nas quais todas as comunidades se reúnem e fazem rezas, comidas típicas, cantigas e danças.

Figura 2- Morador tocando viola de cocho

Fonte: Acervo da pesquisa, 2016.

Figura 3- Altar da residência “morador 03”

Fonte: Acervo da pesquisa, 2016.

Figura 4 - Dança de São Gonçalo

Fonte: Acervo da pesquisa, 2016.

De acordo com Laraia (2001) a cultura faz parte de um processo que norteia o comportamento do homem, vai além de sua herança genética, também leva em conta seus aprendizados, adaptações a ambientes ecológicos, vivências, ou seja, um acumulativo resultante de toda uma experiência de gerações anteriores. Embora

o autor também revele que a cultura é dinâmica e está em construção, principalmente por sofrer influência de pensamentos modernos, sendo assim destaca que “ A participação do indivíduo em sua cultura é sempre limitada; nenhuma pessoa é capaz de participar de todos os elementos de sua cultura” (LARAIA, 2001, p. 42)

Nesse sentido, foi possível perceber que os quilombolas valorizam as experiências culturais dos antepassados. Porém, os representantes familiares enfatizaram que os jovens não se importam em aprender alguns rituais importantes para que essas manifestações culturais tenham continuidade, como por exemplo as rezas e as canções tocadas na viola de cocho. Citam que a juventude gosta de participar das festas, mas não da organização ou da realização das mesmas.

Os jovens por sua vez, reconhecem a importância das festas tradicionais da comunidade, no entanto, assumem que realmente não conseguiriam organizar ou realizar as etapas das festividades sem os pais ou avós. De acordo com esses dados, destaca-se que a continuidade da tradição nessas comunidades é dependente do interesse dos jovens em incorporar esses saberes, exclusivos das pessoas mais velhas desse território, o que está causando preocupação entre esses moradores, pois apontam que os jovens não fazem mais questão de aprender e disseminar esses conhecimentos culturais, porém também acrescentam que até mesmo os próprios pais já não cobram mais que eles aprendam, diferença latente entre os antepassados, que “obrigavam” que os filhos aprendessem as rezas e cânticos realizados nas comunidades.

Percebe-se que além da falta do interesse dos jovens, a saída deles da comunidade também compromete a continuidade dos ritos tradicionais, pois os pais de muitos dos que já saíram da comunidade apontam que eles também não conseguiriam assumir o andamento das festas no local, agravando a situação. Cabe destacar, que a tradição não envolve somente as festas, cantigas, comidas típicas da comunidade, mas a relação de convivência e pertencimento ao local e a família, tão valorizado pelos quilombolas e importante composição cultural do país.

A sensação de falta de compromisso com os ritos tradicionais é uma das características advindas das gerações da sociedade contemporânea, que por sua vez, apresenta várias facetas identitárias, que de acordo com Sant’ana (2004), oferece uma gama de concepções, formando a pluriatividade do sujeito, somada ao processo social que afeta a individualidade desse sujeito e causando

transformações em sua visão de mundo e a importância dada a determinadas ações. Isso pode explicar o comportamento dos jovens da comunidade e sensação de uma ruptura geracional.

Ao falar de ruptura geracional, primeiramente faz-se necessário entender o conceito de geração. Nesse sentido, Forquin (2003) aborda três conceituações a respeito de geração, a primeira remete a genealógica, na qual indivíduos de um mesmo grau de filiação a um determinado ancestral podem possuir idades distintas por conta do período de procriação de cada um. O segundo conceito é justificada pela idade ou período da vida e a terceira abordagem se refere a um conjunto de pessoas nascidas na mesma época dentro de um conceito histórico, cultural e social. Na terceira acepção, a vivência em determinado contexto é chamada de sentimento de geração, que de acordo com o autor, estabelece um vínculo que faz com que o conjunto de pessoas que vivenciaram o mesmo contexto se torne um grupo.

Já na visão de Tomizaki (2010), ao analisar geração é preciso considerar aspectos como idade, situação de classe, experiências comuns, relação estabelecidas com outras pessoas, conjuntura histórica – essa envolvendo também questões sociais, culturais e políticas- das gerações e relação com familiares e parentescos. A autora também declara o cuidado necessário para discorrer sobre geração e considerar os vários entornos de cada geração e o movimento de socialização presente nas relações. Nesse sentido, a ruptura geracional identificada nesse estudo é baseada nas três concepções de geração: referente a descendência, ao grupo que compartilha do mesmo contexto histórico social, período de tempo e nascidos na mesma época.

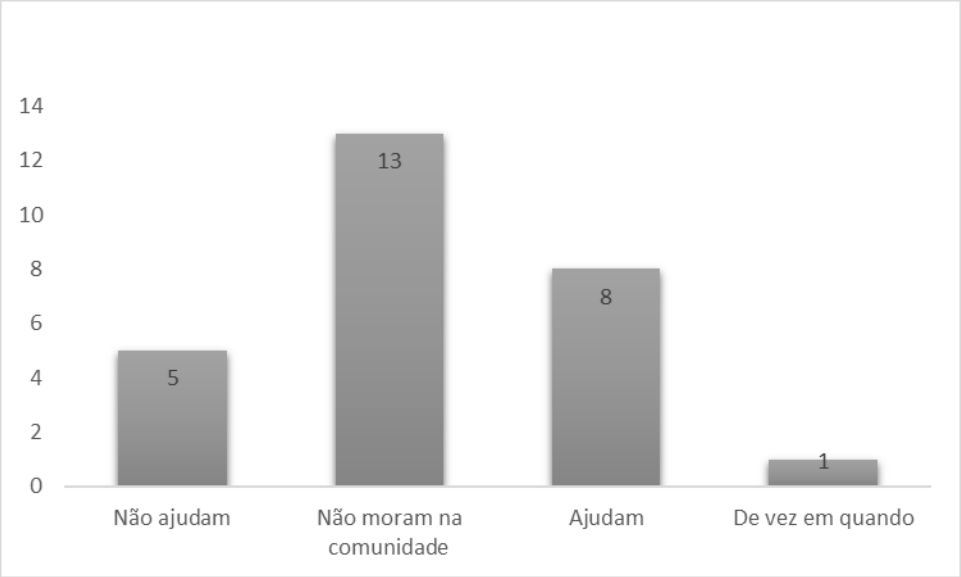
Diante disso, a ruptura geracional citada na pesquisa refere-se ao fato de que a maioria dos jovens não demonstram interesse em elaborar os ritos culturais das comunidades, passados de geração em geração, também influenciados pelos traços compartilhados com a época na qual estão, de globalização e tecnologias mais acessíveis.

4.1 Sucessão na visão dos pais

Para entender a opinião dos pais sobre o processo sucessório nas comunidades, foram entrevistados 27 representantes familiares distribuídos entre as

cinco comunidades do Território Vão Grande. Dos pesquisados, vinte e quatro deles são agricultores, dois professores e um motorista. Todos consideram que a agricultura desenvolvida no local é importante para continuidade da comunidade, pois é dela vem o sustento da família, tanto com relação a alimentação como para renda. Nesse sentido a sucessão dessas atividades é motivo de preocupação para esses pais. O primeiro questionamento foi em relação a ajuda dos filhos na lavoura, as respostas são apresentadas na figura 5.

Figura 5 - Filhos que ajudam os pais nas atividades agrícolas nas comunidades do território Vão Grande - MT



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Quando questionados sobre a visão deles da juventude atual, oito representantes familiares declararam que percebem que querem ficar na comunidade mas acabam saindo do local em busca de emprego e melhores oportunidades de renda e lazer. Dezoito entrevistados afirmam que os jovens querem sair da comunidade por preferirem estudar, querem fazer faculdade e dão preferência para o uso de tecnologias, sendo assim, influenciadas pela escolha da vida urbana, apontam esse pensamento, assim como na fala a seguir:

> Os jovens não se importam com a roça, eles querem sair, gostam de festas, falam de estudar e não largam o celular. Todos eles têm celular aqui e querem ir para cidade porque lá tem internet. Eles querem roupa da moda, tênis de marca, querem acompanhar os jovens de lá, aqui na comunidade eles não tem muito o que fazer, é mais tranquilo e nem todos querem essa vida pacata. (Agricultor 12)

Essa realidade também foi abordada por Spanevello (2008), apontou que os agricultores percebem que os filhos já não se interessam pelas lavouras, trato com animais, estão cada vez mais dispersos e não obedecem aos pais, principalmente quando a autonomia financeira dos jovens está envolvida nesse processo. De fato, também deve-se levar em consideração, fatores como a transição da idade, as interações sociais, culturais do meio onde vivem, ao mesmo tempo que são influenciados pelas mudanças socioculturais da atualidade, a modernidade e o acesso a tecnologias e novas formas de lazer, fazem com que o jovem compare a vida no campo com a vida na cidade, e muitas vezes o campo é considerado arcaico e sem possibilidades de melhorias, enquanto que o meio urbano é visto como moderno e aberto para oportunidades (CARVALHO,2007; DALCIN; TROIAN,2009).

O mesmo também é evidenciado por Weisheimer (2009), complementa afirmando que na maioria das vezes a maior parte dos jovens que saem para cidade são mulheres e elas vão em busca de estudos, preferencialmente pelo ensino superior, característica encontrada em uma das famílias da comunidade quilombola Vaca Morta, onde as três filhas moram na capital do estado por conta da graduação que estão cursando.

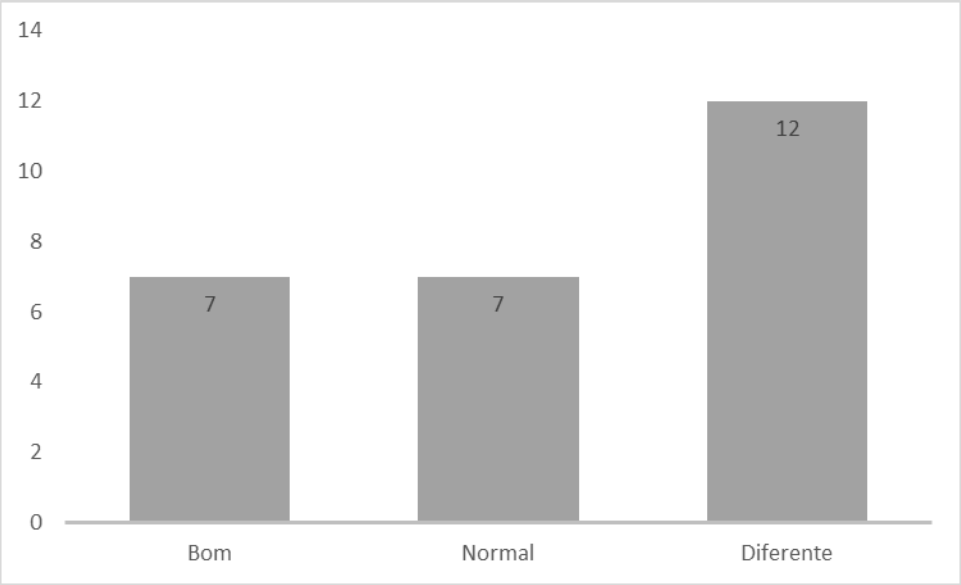
Percebe-se que as famílias priorizam estar juntos, morando no mesmo lugar pois afirmam que mesmo com dificuldades se ajudam, mas não impedem os filhos de buscarem novas oportunidades. Dos vinte e sete entrevistados, vinte e três apoiam os filhos a ficarem na comunidade, desde que tenham condições para isso, que segundo eles, dependem de geração de renda, melhorias na saúde, comunicação e infraestrutura de qualidade.

4.2 Sucessão na visão dos jovens

Para identificar os elementos da perspectiva de sucessão nas comunidades do território Vão Grande, as entrevistas compreenderam perguntas que abordavam visão de futuro, profissão, atividade que a família desenvolve e a pretensão em continuar ou não na comunidade. Dessa forma foi possível estabelecer alguns pontos considerados importantes pelos jovens para a permanência nas comunidades.

O primeiro questionamento era “Como é ser um jovem quilombola?” As respostas foram elencadas na figura a seguir.

Figura 6 - Visão dos jovens sobre ser quilombola



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Dos 26 jovens que participaram da pesquisa, 07 deles gostam de ser quilombola e reconhecem essa condição como “boa”, sete jovens consideram normal e 12 pessoas apontam que se sentem diferentes, por ser quilombola, e também expressam essa diferença como preconceito das outras pessoas “não-quilombolas”.

> Quando eu vou para cidade, as pessoas me tratam diferente, principalmente os meninos da minha idade. Quando tem jogos escolares e a gente chega pra participar, eles falam: lá vem o povo dos quilombos e dão rizada da gente, mas muitos nem sabem o que é. (Jovem 16)

Diante dessa fala, é perceptível que alguns jovens enfrentam preconceito por sua condição, ora como excluído por morar no campo, ora analisado diferente por ser quilombola. De acordo com Fanon (2008) a pessoa negra se preocupa constantemente com a comparação feita por outras pessoas, com a autovalorização e ego, está sempre preocupado com o sujeito e não com o objeto, que segundo o autor é bagagem de séculos atrás, o passado de escravidão. Porém, mesmo com apontamento de preconceito, os jovens demonstram orgulho por pertencer a comunidade e morar no local.

Quando questionados sobre continuar ou não morando na comunidade, vinte e dois jovens expressaram a vontade de permanecer na comunidade e 4 deles desejam sair da comunidade quando completarem a maioridade. Elencaram que

gostam de estar na comunidade pela sensação de liberdade, estar junto à família, jogar bola e tomar banho de rio.

> Aqui a gente pode ir tomar banho no rio a hora que quer, jogar bola com o pessoal. Aqui todo mundo é amigo e se conhece. Sem falar que quando a gente quer comer uma fruta, é só ir ali no pé de árvore e pegar e na cidade não. Lá até água a gente tem que pagar. (Jovem 24)

O reconhecimento dessas vantagens do campo está bem claro para todos eles, porém não deixam de apontar anseios de melhorias na comunidade. Na visão de todos os pesquisados, deve haver internet como opção de lazer nas comunidades. Com relação a infraestrutura, cinco entrevistados pedem melhorias nas estradas de acesso às cidades, três expressam a vontade de que haja cursos de graduação e 100% deles declararam que o fator principal para que continuem nas comunidades é a existência de emprego.

Com o intuito de investigar as intenções futuras da juventude quilombola, foi questionado sobre a vontade de fazer algum curso superior ou profissão que gostariam de atuar. As respostas estão transcritas no quadro abaixo.

Quadro 1. As profissões desejadas pelos jovens das comunidades quilombolas Vão Grande

Profissão	**Quantidade de respostas**
Professor	2
Advogado	1
Médico	2
Policial	1
Enfermeiro	1
Veterinário	1
Agricultor	1
Outros	11
Não sabem	6

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

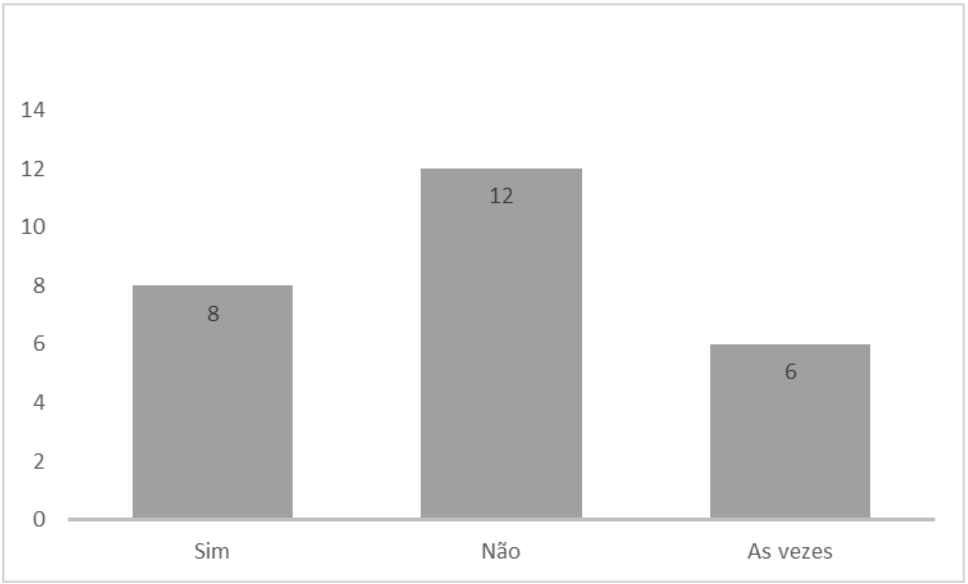
De acordo com os dados obtidos, 6 jovens das comunidades Vão Grande ainda não decidiram a profissão que querem desempenhar no futuro. Entretanto, há um dado preocupante, apenas um pesquisado expressou a vontade de ser agricultor e dar continuidade na atividade que a família desempenha na comunidade.

Por outro lado, a diversidade de profissões, apontadas pelos jovens pesquisados, gera expectativas que corroboram com a visão de Carrano (2014) apontando que os jovens rurais também querem exercer outras profissões no campo, clamam por educação e condições de ficar no campo trabalhando com o que gostam, criando dinâmicas diferentes, não só de incentivos à produção e uso da terra, mas também avançando na educação e ensino superior no meio rural.

Coadunando com essa ideia, está a busca por uma identidade, que não envolva somente a nomenclatura de jovem rural, quilombola, entre tantas outras, mas a busca por uma autoafirmação, um equilíbrio entre os prazeres da vida urbana e as vantagens do campo. Segundo Hall (2004) a identidade é alterada e sofre influências da sociedade e de sua complexidade, em função de mudanças sociais, coletivas, econômicas e políticas e o indivíduo, por sua vez, constrói a identidade através das relações com o tempo moderno.

Quando questionados sobre desempenhar a função dos pais na comunidade, as respostas foram as seguintes.

Figura 7- Vontade de desempenhar a função de agricultor na comunidade.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Conforme a figura 3, a maioria dos jovens correspondendo a doze entrevistados, não gostam de lidar com agricultura que os pais desempenham na comunidade. Oito pessoas querem e acham importante a atividade, seis pesquisados apontaram que gostam ‘as vezes’ de ajudar os pais no dia a dia na

lavoura, mas não é algo que queiram fazer para o resto da vida, ajudam os pais porque percebem que é uma necessidade.

De acordo com os dados registrados é possível perceber que os jovens gostam de morar na comunidade, mas o mesmo não acontece com as atividades que os pais exercem no local. Isso gera preocupação entre os moradores, que percebem esse desinteresse da juventude em relação à agricultura, principalmente por ser a principal fonte de renda e sobrevivência das comunidades. Porém, estudos realizados por Carneiro (1998), nas regiões sul e sudeste do Brasil também demonstram resultados semelhantes, relata que o desejo de permanecer no campo não pressupõe mais assumir somente as atividades agrícolas ou ser um agricultor. O fato apontado pelo autor consiste que o campo se torna cada vez mais um espaço heterogêneo, diversificado e não apenas agrícola.

Essa ideia também é defendida por Izique (2000) aborda que a “civilização” do meio urbano chega ao campo trazendo novos personagens, substituindo o antigo caipira por novas nomenclaturas, consolidando algumas características urbanas ligadas à moradia, lazer, atividades industriais, entre outras, transformando o ambiente camponês em novo rural.

Em conformidade com esses pensamentos, os jovens das comunidades evidenciam seus desejos quando questionados como enxergam as comunidades daqui 20 anos, sendo unanime as principais respostas, acesso à internet, comunicação e emprego. Dos 26 entrevistados, 23 querem fazer faculdade e ter um bom emprego, 3 deles querem somente arrumar um emprego na cidade. Esses jovens percebem que há um grande caminho para percorrer até que haja melhoria nas áreas de infraestrutura nas comunidades.

> O jovem não quer sair daqui. Se sai é porque não tem alternativa, porque não tem emprego e muitos menos opção. Os jovens que saíram e moram na cidade aqui perto, vêm todo final de semana, todo feriado, muitos preferem estar aqui. Acontece que quando a gente termina terceiro ano do ensino médio não conseguimos conciliar as necessidades financeiras com a realidade da comunidade. Falta investimento aqui, falta melhoria na saúde, nas estradas, emprego, falta atenção por parte das autoridades com nossos direitos. Toda essa falta desanima e por isso muitos saíram e vão continuar saindo se permanecer dessa forma. (Jovem, 10)

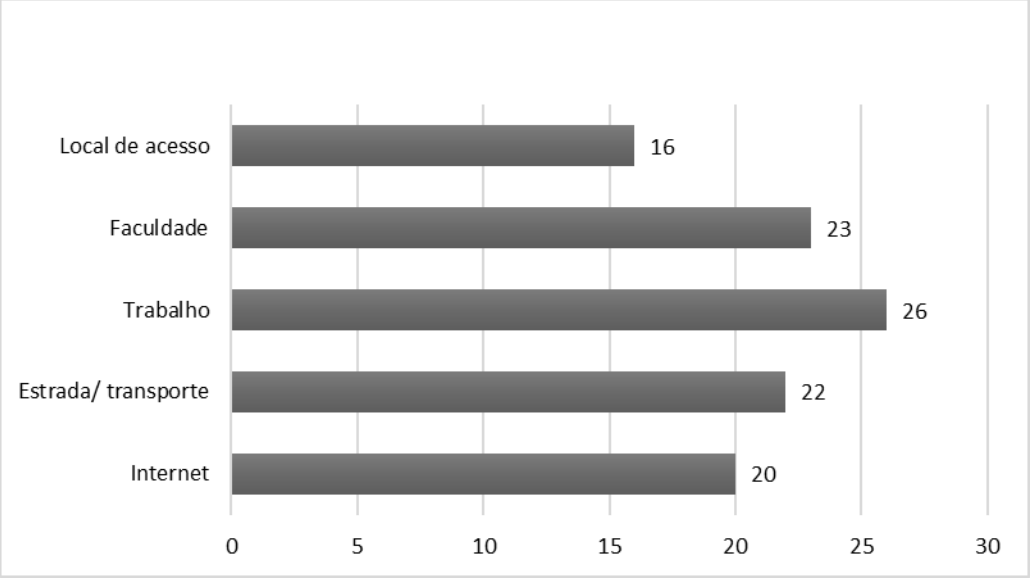
A fala, acima, é de um jovem da comunidade Baixio, que está engajado em conseguir melhorias para a comunidade e acredita que com algumas políticas públicas aplicadas é possível oferecer mais oportunidades e atrair o jovem para voltar ou permanecer no local. Cabe destacar que esse jovem saiu e retornou ao

local, além dele outros três jovens também retornaram, dois deles casaram e trabalham na comunidade.

Talvez por conta da experiência e idade (28, 29, 29 e 30 anos) esses entrevistados apontaram que na cidade a vida é mais difícil, por possuírem apenas o ensino médio não conseguiam um emprego que a remuneração fosse mais que um salário mínimo e se depararam com gastos que não tinham na comunidade, como aluguel, alimentação, contas de água, energia e outras eventualidades, assim como violência e discriminação (apontado por um entrevistado). Fato que é retratado por Dalcin; Troian (2009) em seus estudos no Sul do país, compartilhando a mesma visão de jovens que também saíram do meio rural e retornaram ao campo alegando dificuldades financeiras e que o trabalho exercido na cidade não compensava a ponto de ficar longe das famílias.

Essa realidade também é agravada quando considera-se que os jovens são o grupo etário mais desfavorecido em relação as condições de trabalho, ou seja, são oportunidades restritivas e também reproduzem em si as desigualdades de renda e gênero presentes na população brasileira como um todo (GONZALEZ, 2009).

Figura 8 - Principais dificuldades apontadas pelos jovens para continuar morando na comunidade.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Os principais pontos de melhoria apontados pelos jovens, além de trabalho, envolvem aspectos ligados à infraestrutura, como estradas, melhoria na comunicação telefônica, acesso à internet e a reconstrução da ponte que liga a comunidade Vaca Morta a Baixio. Muitos moradores apontaram essas dificuldades

como desestimulantes para permanecerem no local, como apontados na figura 8 e retratadas nas fotos abaixo.

Figura 9 e 10 - Estrada de acesso as comunidades e ponte que liga comunidade Vaca Morta a Baixio.

Fonte: Acervo da pesquisa, 2016.

Considerando essas informações, resultados semelhantes também foram abordados em outras pesquisas, acrescentando desde a questão agrária (posse da terra, dificuldades de infraestrutura, falta de assistência técnica e investimentos) até a concepção do jovem sobre ficar ou sair do campo (STROPASOLAS,2006).

Diante dos dados apresentados, é possível constatar que o processo sucessório das comunidades quilombolas do território Vão Grande está comprometido, principalmente devido a fatores ligados a melhores oportunidades, segundo eles, ofertadas na cidade e relacionados à precariedade de políticas públicas no local.

Barcelos e Mansan (2014) ressaltam que embora as políticas públicas voltadas para a juventude em âmbito federal tenham aumentado, ainda é insuficiente para dar suporte a uma mudança significativa tanto social como econômica para o jovem permanecer no campo. No entanto, percebe-se uma mobilização de grupos de jovens por todo país na organização de movimentos sociais, reivindicando a permanência no campo, causando debates para o aprimoramento de políticas públicas, levando esse tema para pautas nas esferas de governo e toda a sociedade brasileira.

5 Considerações

A pesquisa sobre a sucessão rural nas comunidades do território Vão Grande, no município de Barra do Bugres – MT, evidenciou que os laços familiares entre os moradores é um dos principais fatores para que os jovens permaneçam no local, os pais desejam que todos fiquem próximos e constituam famílias nas comunidades, embora percebam que não há condições, principalmente financeiras para tal e por esse motivo não impedem os filhos de sair do campo.

A visão dos jovens sobre continuar morando nas comunidades também demonstra que a convivência com a família e a tranquilidade do campo são fatores relevantes, porém não são suficientes para mantê-los ali, visto que buscam melhorias financeiras, lazer e estudo ofertados nas cidades da região. Os dados apontaram que a maioria deles não pretende continuar com a atividade agrícola desempenhada pelos pais e buscam outras profissões. Constatou-se também que está havendo uma ruptura geracional, comprometendo a continuidade das atividades tradicionais das comunidades, visto que os jovens não se responsabilizam ou não têm interesse de aprender os ensinamentos de rezas, cantigas ou organização dos eventos, quando estes acontecem.

Ressalta-se a necessidade de implantação de políticas públicas voltadas ao incentivo do jovem na comunidade, principalmente que estimule-o à explorar os pontos fortes existentes no lugar, como por exemplo, o turismo, maior conhecimento da terra, práticas agrícolas, envolvimento maior com a escola e a prática pedagógica junto à comunidade, entre outros.

Referências Bibliográficas

AHLERT, L. A sucessão das atividades na agricultura familiar. In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. 17 p. 1 CD-ROM.

BARCELLOS, S.B; MANSAN, P.R.A. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil: balanços, perspectivas e questões para debate**. In: MENEZES; STROPASSOLAS; BARCELLOS (Org.) Juventude rural e políticas públicas no Brasil. Brasília: Presidência da República, 2014. p.200- 214.

BRASIL. Decreto nº 2519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção da Diversidade Biológica assinada no Rio de Janeiro em 05 de junho de 1992. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17, mar. 1998

CARNEIRO, M. J. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (Org.). **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARRANO, P. **Juventude quilombola em territórios de memória e lutas coletivas**. In: MENEZES; STROPASSOLAS; BARCELLOS (Org.) Juventude rural e políticas públicas no Brasil. Brasília: Presidência da República, 2014. p.251- 261.

CORDEIRO, M. S. S. **Jovens na reforma agrária:** perspectiva intergeracional e lógicas de sucessão no assentamento Novo Horizonte/Campos dos Goytacazes – RJ. Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 3, n. especial, p. 544-563, 2009.

COSTA JÚNIOR, H. P. **Estudo da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar na localidade do Ancorado em Rosário da Limeira – MG.** 2007. 131 f. Tese (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade) – Centro Universitário de Caratinga, Caratinga, MG, nov. 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.unec.edu.br/baltdunec/tde_busca/arquivo.php?codArquivo.php?codArquivo=83>. Acesso em: 26 abr. 2010.

CARVALHO, V.R.F. **Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero.** In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 45, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007.16p.

DALCIN, D.; TROIAN, A. **Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso**. In SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1, 2009. CIDADES. **Anais**... cidade: UFPR,2009. p. 1-20
FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008.

FORQUIN, J. C. **Relações entre gerações e processos educativos**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL CO-EDUCAÇÃO DE GERAÇÕES. São Paulo: SESC SP, 2003. Disponível em: . Acesso em 20 jul. 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IZIQUE, C. **O novo rural brasileiro**. Reduziu-se o abismo tradicional entre os meios urbanos e rurais. Humanidades, São Paulo, Pesquisa FAPESP nº 52, abril de 2000.

GALINDO, E. **Em pauta: a juventude rural e as políticas públicas.** In: MENEZES; STROPASSOLAS; BARCELLOS (Org.) Juventude rural e políticas públicas no Brasil. Brasília: Presidência da República, 2014. p.122- 132.

LARAIA, R.B. **Cultura: um conceito antropológico.** – 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2001.

RECOMENDACIÓN sobre la Salvaguardia de la Cultura Tradicional y Popular, 1989. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/unesco/resources/online-materials/publications/unesdoc-database>. Acesso em: 14 de jul. de 2016.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** 2008. 236 f Tese (Doutorado em desenvolvimento rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis Ed. UFSC, 2006.

SANTANA, M. A. **Ruptura geracional induzida e estratégias de gestão: a experiência nas montadoras do sul fluminense**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v.31, n.111, jun. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?-script=sci_arttext&pid=S0101733->. Acesso em 25 jul. 2016.

SILVA, M. M. **Educação escolar quilombola comunidades quilombolas do território quilombola de Vão Grande, Barra do Bugres - MT:** percepções e significados sobre a E.E José Mariano Bento. Cáceres. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2014.

SOUZA, B.O. **Movimento quilombola: reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários**. Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, jun. 2008. Disponível em:< http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2002/barbara%20oliveira%20souza.pdf> Acesso em: 15 de jul. 2016.

TOMIZAKI, K. **Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional**. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v.31, abr.-jun. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a03.pdf> acesso em: 20 jul. 2016.

VANTROBA, E. A. **Necessidades e perspectivas para a permanência do jovem no campo no seu ambiente**. Irati/PR: PDE, dez. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2447-8.pdf >. Acesso em: 16 set. 2015

VELHO, G. **Antropologia urbana: encontro de novas tradições e perspectivas**. Revista de sociologia, problemas e práticas, n.º 59, 2009, pp.11-18. Disponível em: < http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n59/n59a02.pdf> Acesso em: 15 jul. 2016.

WHA. WORLD HEALTH ASSOCIATION. Division of Mental Health. Qualitative Research for Health Programmes. Geneva: **WHA**, 1994. Disponível em:

http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/62315/1/WHO_MNH_PSF_94.3.pdf>. Acesso em 12 maio de 2013.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Curso de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. **Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais**. Revista Ambiente & Sociedade, Campinas v. X, n. 1 p. 39-55. jan.-jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a04.pdf Acesso em: 14 de jul. 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa realizada nas comunidades quilombolas do Território Vão Grande, município de Barra do Bugres – MT, verificou-se que a sucessão rural na localidade está comprometida devido a fatores sociais e econômicos.

A análise identificou que principal fonte de economia das comunidades são os auxílios do governo e a agricultura de subsistência, visto que as políticas públicas no local são precárias, principalmente ligadas a infraestrutura e geração de emprego, causa apontada por muitos jovens para o abandono da vida no campo em busca de melhores condições de renda. Por se tratar de uma comunidade tradicional, a sucessão rural também se encarrega de manter viva a tradição dos quilombolas da região, por sua vez também está comprometida devido a saída dos jovens e as influencias urbanas da geração atual.

O estudo identificou que as condições socioeconômicas da comunidade estão intimamente ligadas ao desinteresse dos jovens em permanecer no campo, principalmente por falta da geração de renda e emprego no local, não sentem-se motivados a morar nas comunidades, pois também querem atrelar a vida rural ao lazer ofertado no meio urbano. Porém, constatou-se que os laços familiares dos quilombolas ainda é o fator que determina a permanência de muitos que ali estão, no entanto não descartam a possibilidade de evasão para as cidades.